1290000972
IE
TCC/UNICAMP D236t

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E CULTURA
GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHEK - 19

Álvaro de Oliveira D'Antona

Monografia de Graduação
apresentada ao Instituto
de Economia da UNICAMP.

orientador: Prof. Doutor
Jorge Lobo Miglioli

Campinas, 1989

Apresentação 1

1. Análise do Desenvolvimento Econômico do Brasil - de 1930 a 1951 5

1.1. A Origem da Industrialização Brasileira 5
1.2. O Novo Modelo de Acumulação 6
1.2.1. Durante o Estado Novo 7
1.2.2. Redemocratização: Governo Dutra 10
1.2.3. O Retorno de Vargas 11
1.2.4. Anos de Transição 15
Citações 17

2. O Governo de Juscelino Kubitschek 19

2.1. Aspectos Econômicos Gerais 19
2.2. Plano de Metas 21
2.3. Características da Política Econômica 25
2.3.1. O Financiamento das Propostas 25
2.3.2. Fatores de Sustentação da Política Econômica 30
2.3.3. A Administração 37
2.4. A Questão Política e Social: Estabilidade 39
2.4.1. O Arranjo de Forças 39
2.4.2. A Aliança Política 37
2.4.3. Forças Armadas 39
2.4.4. Os Significados da Ordem 39
2.4.5. O Nacionalismo Desenvolvimentista 37
2.5. Algumas Considerações 37
2.5.1. Sobre o Período 37
2.5.2. Comparando com Períodos Anteriores 37
Citações 41

3. A Década Inacabada 47
3.1. Análise Geral 47
3.2. Características do Período Estudado 50
3.2.1. Reflexão: Tônica da Década de 50 51
3.2.2. Nacionalismo, Indústria e Estado: Duas Propostas 54
3.2.3. GEIC e a Indústria Cinematográfica 57
3.3. O Nacional e o Cinema 61
Citações 66

4. Considerações Finais 71

Obras consultadas 75

Apresentação

Parte-se claro que a economia é parte de um processo mais amplo, um aspecto da realidade. Foi à partir desta idéia que nosso trabalho se desenvolveu.

Geralmente ao investigar um determinado objeto o economista retira da realidade os aspectos que julga relevantes à sua análise, ou seja: os chamados aspectos econômicos. Se esquece que tudo aquilo que considera como essencialmente econômico se insere em um contexto mais complexo.

A investigação parcial da realidade é consequência direta da divisão do trabalho nas ciências sociais. Todas elas, no entanto, estudam a atividade do ser social, mesmo que sob pontos de vista particulares.

Mas os fatores componentes da realidade não são setores isolados. Entre eles existe uma ação recíproca que deve ser levada em conta em qualquer análise que pretenda apreender seu objeto com maior rigor e amplitude.

Raciocínio idêntico deve ser aplicado às questões relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico, que certamente possui uma dimensão não-econômica. Pois mais que alteração do processo produtivo e elevação da produtividade, desenvolvimento significa adaptação das estruturas sociais. Segundo Celso FURTADO, "as duas dimensões do desenvolvimento - a econômica e a cultural - não podem ser captadas senão em conjunto"(1).

Considerando o valor do estudo da interação dos aspectos econômicos e não-econômicos, cabe destacar que pretendemos analisar o processo de desenvolvimento econômico do Brasil, especificamente no período compreendido entre os anos de 1956 e 1961, que corresponde ao governo de Juscelino Kubitschek (JK).

Cabe agora justificar a escolha do período estudado e qualificar o aspecto não-econômico.

No aspecto não-econômico está subentendido a cultura, os

valores, as manifestações e idéias surgidas na sociedade durante um período. Neste caso, através das artes procuramos captar os diferentes elementos que pudessem caracterizar a época estudada. Para isso nos baseamos na concepção de Georg LUKACS (2) que considera a arte como um modo peculiar do reflexo da realidade.

Diante da limitação imposta pelo tempo optamos - após leitura sobre diversos temas, dentre os quais figuram a música, o cinema, teatro e arquitetura - por centrar a atenção nos aspectos ligados ao cinema nacional. Esta escolha se enquadra perfeitamente às nossas propostas uma vez que:

- o Cinema apresenta uma riqueza de aspectos e circunstâncias (sociais, políticas, culturais) que possibilitam a coleta e seleção de informações. O Cinema capta e conserva a realidade em imagens, sons e estilo, melhor que qualquer outra técnica ou arte.

- Cinema é arte, indústria e comércio. Traz em si aspectos subjetivos (gostos, estilos e ideologias) e objetivos (custo de produção e comercialização, lucro...) que ilustram claramente a idéia da interação do econômico com o não-econômico. O filme assistido em uma determinada época vincula idéias, é fruto das idéias prevalecentes, do presente estágio tecnológico e industrial, dentre outros aspectos que envolvem considerações artísticas, culturais, econômicas e, porque não dizer, políticas.

O período JK foi escolhido por estar intimamente associado ao desenvolvimento econômico, de onde se destacam o planejamento - Plano de Metas - e o modelo de expansão da industrialização, vistos como os meios de conquista dos objetivos do ideário desenvolvimentista. Além disso, foi um período muito rico do ponto de vista cultural: Vem desta época do Teatro Popular, a Bossa Nova, a luta pelo fortalecimento do Cinema nacional; sem esquecer a construção de Brasília, símbolo do ideal desenvolvimentista.

Já que o quinquênio 1956-61 foi um período de destacadas transformações, grande expansão econômica, abertura política e ressurgimento cultural, pareceu-nos indicado para o tipo de estudo pretendido.

O presente texto está dividido em quatro grandes blocos.

Na primeira parte é feita uma análise geral sobre os períodos que antecedem o governo JK. Preferencialmente procuramos identificar as formas de atuação do Estado, a evolução do processo de industrialização e as diversas concepções do nacionalismo ao longo dos anos.

Na segunda parte nos restringimos ao período 1956/61, patindo da contextualização feita no ítem anterior e procurando localizar os pontos peculiares ao governo Kubitschek.

Estes dois primeiros blocos dão conta dos aspectos econômicos.

A terceira parte apresenta a análise sobre o cinema nacional. Neste ítem são adiantados alguns pontos que serão levados à conclusão no ítem posterior.

Finalmente, na quarta parte tecemos algumas considerações, contrapondo os dados levantados nos tópicos anteriores. Da reunião dos aspectos econômicos com os não-econômicos, identificamos as semelhanças e procuramos caracterizar o período do governo de Juscelino Kubitschek.

Citações

(1) FURTADO, Celso. Um Projeto para o Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro, Saga, 1978, p. 18

(2) LUKACS, Georg. Introdução a uma Estética Marxista. trad. C.N.Coutinho e L.Konder. 2. ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1970.

1. Análise do Desenvolvimento Econômico do Brasil - de 1930 à 55

1.1. A Origem da Industrialização Brasileira

A atividade industrial no Brasil originou-se, no início deste século, do processo de acumulação de capitais no complexo cafeeiro. Os lucros com a produção do café possibitaram a diversificação do capital mercantil em investimentos dirigidos às atividades urbanas, dentre as quais destacamos a indústria.

A própria natureza da cultura cafeeira assim o determinava, uma vez que a sua expansão exigia grandes montantes de capitais - para a ampliação das fronteiras agricultáveis - cujo período de maturação muito longo tornava o investimento industrial mais vantajoso, mesmo que sua taxa inicial de rentabilidade fosse menor que a do café. Assim se consolidou, dentro do padrão de desenvolvimento do capital nacional, uma interdependência entre a produção do café e a indústria. Neste 'sistema integrado' coube ao café uma participação muito mais ativa: Os mercados eram gerados pelo gasto público e pelo complexo exportador, que também acaba por substituir - pelo lado da demanda por trás - o departamento de bens de produção, que na realidade inexiste.

A industrialização brasileira teve um nascimento tardio - ocorreu na fase do capitalismo monopolista internacional, entre 1890 e 1900 - simultaneamente à segunda Revolução Industrial. Esta industrialização retardatária (1) fez com que a estrutura industrial mais avançada fosse inacessível ao estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira, tanto pela incompatibilidade do mercado nacional, como pela insuficiência tecnológica e "baixo" grau de concentração de capital. Neste sentido, a industrialização por setores produtores de bens de consumo assalariado foi o caminho natural para a economia brasileira, por ser compatível com o mercado interno, acessível ao grau de concentração de capital nacional, além de contar com tecnologias que podiam ser importadas. Dada a baixa competitividade interna, era um tipo de indústria lucrativa que se integrava à produção cafeeira.

O modo de produção capitalista no Brasil surge da expansão cafeeira "mas não se geram, em simultâneo, forças produtivas capitalistas capazes de reproduzir, endogenamente, o conjunto do

sistema. Vale dizer, não se passa, ao mesmo tempo, ao modo especificamente capitalista de produção, ao chamado 'capitalismo industrial'" (2).

1.2. O Novo Modelo de Acumulação

O modelo tradicional exportador, no qual o dinamismo do processo de desenvolvimento interno dependia do crescimento da demanda dos países centrais por nossas exportações, entrou em crise à partir da depressão de 30. Dentro deste modelo, a economia do país, baseada na exportação de um ou dois produtos, era vulnerável às flutuações dos preços internacionais, além de estar sujeita às crises dos países centrais. Esta vulnerabilidade, evidenciada justamente pela crise internacional, foi um dos aspectos que motivaram as transformações no padrão de acumulação do país desde a década de 30.

De fato, a Revolução de 30 significou alteração na liderança nacional e rompimento do estado oligárquico, abrindo novas perspectivas, tais como a crescente transformação dos grupos sociais e desenvolvimento dos extratos urbanos. O surgimento de diferentes interesses levou aos movimentos progressistas, comprometidos com o novo, com as causas urbanas. o PCB, o Tenentismo, as correntes anarquistas, a Semana de Arte Moderna, foram algumas expressões das correntes que se opunham à antiga estrutura, cujas bases começavam a ser abaladas na década de 20. O crescimento do mercado interno, o desenvolvimento do fator consumo, foi um estímulo ao setor manufatureiro na substituição das importações de artigos de consumo industrializados. A própria depressão da economia mundial tornava essa sociedade consciente das limitações de uma economia baseada em um único setor destinado à exportação.

Do período de recuperação mundial até a Segunda Guerra, houve um decréscimo na capacidade de importar que levou o país a desenvolver atividades produtivas em faixas de demanda interna anteriormente atendidas pelas importações. Este processo conhecido como industrialização por substituição de importações deve ser compreendido através das mudanças que as restrições do setor

externo provocam na economia nacional. Ele não significa suspensão de importações, mas alterações na pauta dos produtos, que podem até representar uma maior dependência externa. Afinal, se a participação quantitativa do setor externo na economia brasileira decaiu, o mesmo não ocorreu com a importância qualitativa das importações. A manutenção das taxas de investimento foi possível graças a participação dos equipamentos estrangeiros na expansão da capacidade produtiva.

No caso do Brasil este processo de industrialização obteve sucesso - relativamente aos demais países latino-americanos - no que diz respeito às taxas de crescimento e à diversificação industrial, graças a existência de um mercado interno e de certa estrutura industrial baseada no setor exportador de café. Só foi possível sustentar o nível de demanda interna graças a existência de capacidade produtiva subutilizada nas indústrias tradicionais de bens de consumo não duráveis. Por sua vez, a atividade interna substitutiva de importações aproveitou-se da existência dos mercados urbanos em desenvolvimento, que mantiveram a atividade econômica nacional. Ou seja: dentro do modelo exportador foram gerados os condicionantes da industrialização brasileira. Tanto do lado da produção como do consumo.

Na nova dinâmica de crescimento o movimento de acumulação de capital passou a ser comandado pela expansão do setor industrial, enquanto que a demanda vai sendo mais fortemente influenciada pela renda do setor urbano. No entanto, esta acumulação urbana não era suficiente para que fosse implantada a grande indústria de base, impossibilitando, neste período, o crescimento da capacidade produtiva além da própria demanda existente.

Há industrialização e, dela, o "movimento endógeno de acumulação" que reproduz a força de trabalho e parte do capital industrial; mas ela é restringida pois suas bases técnicas e financeiras estreitas são insuficientes para o surgimento, "num só golpe", do núcleo da indústria de bens de produção. Portanto, não há indústria pesada, mas só a de bens duráveis leves - obtida graças aos obstáculos inerentes à própria industrialização retardatária. O padrão de industrialização horizontal não possibilitou, de fato, um processo de desenvolvimento industrial, se

bem que a indústria já se encontrasse desatrelada do setor agrícola. Nota-se aquí os efeitos do nascimento tardio da indústria local, tais como a grande descontinuidade tecnológica (3).

O processo da industrialização restringida foi determinado pela estrutura do capital, que acaba por limitar a sua reprodução ampliada. Para CONCEICÃO, as mudanças internas na dinâmica da acumulação se articulam desde dentro, ou seja, não são determinadas exogenamente pelo capital estrangeiro e pelos fluxos de comércio internacional - que na realidade só acentuam as mudanças que já ocorriam tanto na estrutura produtiva quanto no 'padrão histórico de acumulação'(4).

Na verdade ocorreu o desenvolvimento do setor de bens de produção, mas a acumulação dependeu do setor produtor de bens de consumo assalariado. O setor de bens de produção, não só foi incapaz de crescer à frente da demanda final, como também sequer atendia a todas as necessidades correntes da economia nacional.

O caráter substitutivo da produção vem do fato de que os dois setores - bens de produção e bens de consumo - diante de um estrangulamento externo, se expandem à partir de uma demanda já existente . O estrangulamento do setor externo, que resultou em drástica redução na capacidade de importar, funcionou como uma proteção à indústria, uma garantia de existência de mercado.

Portanto houve um movimento endógeno de acumulação, dado pelo crescimento da produção, que permitiu a reprodução da força de trabalho e de parte do capital constante das indústrias. Deste modo se determinou "tanto o crescimento de um proletariado urbano industrial, como em simultâneo, a expansão das margens brutas de lucro e de sua acumulação dentro as empresas industriais" (5). A expansão do lucro decorre basicamente da elevada proteção externa, da diminuta competitividade na indústria e também dos custos da mão-de-obra.

A industrialização e a urbanização desencadearam pressões sobre os mercados agrícolas e consequentemente, elevaram os preços dos produtos do setor. Por sua vez, os aumentos dos preços agrícolas provocavam a elevação dos custos com mão-de-obra - cujo preço real sofre influência do preço dos bens agrícolas de consumo - e matérias primas, ou genericamente, elevação dos cus-

tos dos bens industrializados. De acordo com a estrutura da economia de então, os aumentos dos custos eram repassados aos preços evidenciando-se a tendência à pressão inflacionária e ao declíneo do poder de compra do salário básico. Na verdade, as elevações dos preços possibilitaram o aumento efetivo das margens brutas de lucro no setor urbano, e não apenas - como se poderia deduzir do mecanismo de repasse dos custos - sua manutenção. Os aumentos dos preços iam em favor da acumulação do capital.

O aumento do grau de autonomia em relação ao capital estrangeiro foi aparente. Também não foi fruto da "hegemonia" da burguesia nacional; nem mesmo da política nacionalista de Vargas (se bem que o Estado tivesse a função de proteger a indústria local da concorrência externa via proteção cambial e tarifária). Antes, surgiu dos entraves de articulação da economia interna com a entrada de capital externo, tanto por circunstâncias históricas (período da guerra) que afetaram a disponibilidade de capitais no mercado internacional, como pelo fato de que as filiais estrangeiras, aqui instaladas, pouco necessitavam de capital das matrizes - já que com o reinvestimento dos lucros auferidos, elas eram capazes de ampliar e modernizar suas unidades - numa época em que a orientação da expansão do capitalismo mundial era intercentros ("até 54").

1.2.1. Durante o Estado Novo

O governo nacional autoritário, conhecido por Estado Novo, tinha a pretenção de forçar a industrialização do país. Diante de um processo de acumulação insuficiente para a implantação de uma sólida indústria de base, o governo passou a intervir mais diretamente na economia. A ação do Estado deveria potencializar a acumulação interna, gerando uma dinâmica interna de expansão para que - depois - a economia pudesse se enquadrar dentro do sistema internacional, tendo em mente o fato de que o capital estrangeiro novo só entra depois que o ciclo de expansão industrial se inicia.

"o golpe de 1937 determinou finalmente o caminho histórico do Brasil, numa conjuntura crítica. Os objetivos de bem estar social e nacionalismo econômico, muito debatidos no começo daquela década, iriam ser agora perseguidos sob tutela autoritária. O resultado foi um aprofundamento da dicotomia entre um constitucionalismo estreito que havia negligenciado as questões econômicas e sociais e uma preocupação com o bem estar social de fundo nacionalista inequivocamente antidemocrática"(6).

A ação do governo buscou adequar as estruturas políticas e administrativas aos padrões e instituições do tipo capitalista que se pretendia por em funcionamento no mercado brasileiro. As medidas, orgãos e debates tinham a finalidade de disciplinar e incentivar as atividades produtivas nacionais. Numa extensão à nível mais profundo da política desde 30, reforçou-se o caráter coordenador e centralizador do Estado, que abandonou a postura de "mero" protetor dos setores econômicos instalados, partindo para uma política-econômica ofensiva, de expansão e diversificação da economia brasileira. A capacidade de influência do estado na economia foi possível uma vez que ele dispunha de bases para atuar. Ao incorporar o pensamento tecnocrático e científico - Tecnoestrutura Estatal - a ação hegemônica do Executivo se confundia com o próprio governo.

A consolidação das leis trabalhistas - forma de intervenção do Estado na economia - serviu ao processo de industrialização pois refreou os movimentos operários que se intensificavam desde a I Guerra, além de ter transformado os sindicatos em elementos de cooperação dentro do "dirigismo" estatal. Ao se estabelecerem os "limites inferiores de exploração do operariado", evitando sua excessiva pauperização, num momento de expansão dos setores produtivos do país - indústria e atividades extrativas de exportação - garantiram o funcionamento da economia, simultaneamente ao processo de acumulação de capital.

O apelo ao sentimento nacionalista foi uma constante nos discursos de Vargas, tanto para evitar os conflitos regionalistas como na implementação de suas políticas específicas, tendo alcançado grande simpatia popular em atos públicos.

A Segunda Guerra agravou as limitações da nossa economia

dependente, tornando-as mais evidentes diante do declíneo do comércio exterior. A discussão sobre qual seria o grau ideal de intervencionismo do Estado se estendeu e se acirrou em debates ao final da guerra, resvalando na questão da planificação da economia.

1.2.2. Redemocratização: Governo Dutra

O golpe de estado de 29 de outubro de 1945 foi a vitória das forças políticas adversas ao nacionalismo econômico e ao dirigismo estatal. Sob a liderança da UDN buscou-se converter o sistema político brasileiro, da ditadura à democracia representativa - onde se percebe a influência da vitória dos aliados sobre o nazi-facismo - dentro dos princípios do liberalismo.

Sob a bandeira da democracia o governo pretendeu dar uma resposta à inflação abrindo o país às importações de produtos manufaturados afim de satisfazer a demanda 'suspensa' pelos anos de guerra. Não havia restrições às importações, que eram adquiridas no mercado à uma taxa cambial - irreal - mantida ao nível do pré-guerra. Esta política revelou-se contraproducente pois a satisfação da demanda interna com um alto volume de bens importados esbarrou no limite da capacidade do Brasil em exportar. O retorno às normas do livre comércio e da redução dos controles setoriais, esgotou as reservas cambiais acumuladas durante a segunda guerra - gastas em artigos de consumo supérfluos e em viagens de turismo - sem reverter em benefícios para a economia nacional, uma vez que não foram implementadas medidas que elevassem a capacidade industrial interna.

Diante do fim das reservas houve a necessidade de se equilibrar a balança comercial, à partir de 47. Iniciou-se então um controle seletivo do câmbio, numa política de racionamento de divisas, cuja escala de prioridades beneficiavam os setores de máquinas, combustíveis, implementos e matéria-prima; indispensáveis ao funcionamento da economia. Paralelamente, houve um maior controle da remessa dos lucros e da repatriação do capital. Isto acabou favorecendo a indústria brasileira pois com o desestímulo ao setor exportador, à partir de 48, ocorreu um

estímulo à implantação interna de indústrias substitutivas de bens de consumo duráveis que passaram a contar com dupla proteção cambial, pela reserva de mercado e pelos custos de operação, sendo esta a fase de implantação da indústria de aparelhos domésticos.

Apesar destas duas fases da política cambial, de um modo geral ela foi, entre os anos de 1946 e 50, permissiva. Não correspondeu às possibilidades delineadaas pela prosperidade obtida com a guerra, mas consequência da mudança do direcionamento da economia que, pouco à pouco, "produzia um resultado concreto: a reelaboração das condições de dependência. Ou seja, a reitegração do subsistema econômico brasileiro, no âmbito do sistema econômico mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos (7).

Deste período é conveniente lembrar:

- O plano SALTE, uma tentativa de coordenar os gastos públicos em investimentos e obras nos setores da saúde, alimentação, transporte e energia. Mas as intervenções tinham um caráter pontual e, muitas vezes, conflitantes, estando apoiadas sobre estreitas bases orçamentárias. Segundo S.DRAIBE (8), o plano SALTE foi um avanço, em termos da instrumentalização estatística e do planejamento, se comparado com as tentativas anteriores - Plano Especial de Obras Públicas e Reaparelhamento da Defesa Nacional(39) e o Plano de Obras e Equipamentos (43) - de coordenar os programas de empreendimentos e obras públicas.

- A Missão Abbink, Comissão Mista Brasileiro Americana (1948), responsável pelos estudos de reconhecimento dos pontos de estrangulamento da economia brasileira. As recomendações e projetos deste grupo liderado por John Abbink e Octávio Bulhões se preocupavam em criar condições institucionais e políticas para o capital estrangeiro se movimentar mais livremente - além de criar condições para o fortalecimento do setor privado, reduzindo os pontos de estrangulamento.

- A política de confisco salarial, dirigida em benefício dos interesses da empresa privada. Os salários permaneceram praticamente congelados - o último reajuste do salário mínimo havia ocorrido em 1943 - enquanto a inflação subia, o que

significou o desvio do produto social para os bolsos da burguesia; na forma de maiores taxas de lucro e de um processo de acumulação de capital mais acentuado. A convergência da ideologia liberal com os interesses privados resultou numa política salarial que agravou as relações entre o proletariado e os compradores de sua força de trabalho.

1.2.3. O Retorno de Vargas.

Atingindo o poder através das urnas, Vargas se deparou com uma estrutura de classes mais nitidamente diferenciada por um processo de industrialização e urbanização que havia se ampliado nos últimos anos. Estava diante de um quadro social em que a questão do desenvolvimento ia tomando peso por toda a sociedade, onde cada classe defendia uma determinada forma de atuação do estado na economia. Aliás, havia divergência dentro das próprias classes - o que revela o grau de complexidade que a sociedade alcançava - como no caso específico da burguesia industrial que se apresentava mais, ou menos, "liberal" de acordo com a magnitude de seu capital.

A questão que se colocava era a de qual deveria ser a estratégia para o desenvolvimento diante da necessidade de expansão do setor de bens de capital e do investimento em setores básicos de infraestrutura. Devido à série de pontos de estrangulamento, fazia-se necessária a ação diretora do Estado, inclusive porque o empresariado nacional costumeiramente só investia mediante uma série de incentivos. Havia a necessidade de eliminar os atrasos setoriais da indústria, tais como na química e siderurgia; e de solucionar as deficiências nos transportes e na geração de energia hidrelétrica. O governo decidiu enfrentar ao problemas da economia brasileira e impulsionar o desenvolvimento industrial do país. Para isso, abandonou a orientação liberal, criando novas formas de atuar na economia. O nacionalismo, ou a prioridade para os interesses superiores da nação, foi a justificativa para a reorientação do governo: As soluções "permanentes" e de conjunto fortaleceriam a economia nacional, libertando o país das influências que o

tornava dependente. Ao mesmo tempo, esbarrou com o problema da inflação e com a questão da balança de pagamentos desfavorável, uma vez que a industrialização dependia da importação de equipamentos e matérias-primas básicas, limitada pela capacidade de importar do momento.

Vargas procurou conciliar as diferentes necessidades e os diversos interesses dos grupos políticos com uma política mista. Aliando o programa de investimentos do governo às regras tradicionais do sistema econômico internacional, pretendeu solucionar a questão do balanço de pagamentos, da inflação e dos pontos de estrangulamento. Mais, pretendia contentar desde os neoliberais e grupos estrangeiros, até os nacionalistas radicais, passando pelos desenvolvimentistas (nacionalistas) nos quais se inspirou para elaborar a estratégia do nacionalismo econômico.

O nacionalismo antiimperialista ampliou o tom xenófobo presente no Estado Novo e teve a função de atrair ampla faixa da opinião pública e reunir diferentes classes e setores da sociedade no esforço comum contra os trustes internacionais. Pretendia-se com isso conter as críticas da direita e da esquerda.

As empresas públicas foram os instrumentos básicos da política de investimentos governamentais. Os projetos das grandes empresas nacionais, como a PETROBRÁS, pretenderam solucionar a questão do estrangulamento e da balança de pagamentos; conquistando o apoio da esquerda e da intelectualidade. Do ponto de vista analítico a PETROBRAS é uma síntese da política de Vargas: Primeiro, porque o monopólio da pesquisa, refino e transporte do petróleo (e seus derivados) era muito importante para criar as condições do desenvolvimento almejado - por ser uma indústria básica para o funcionamento e diversificação do sistema. Segundo, porque o petróleo representava a dependência do Brasil frente ao setor externo e, portanto, um ponto decisivo para a afirmação do nacionalismo - soberania - do país. Em terceiro lugar, por ter sido um ato nacionalista ambíguo, que não afetava interesses estrangeiros já existentes, ao mesmo tempo que reunia diversos setores (Forças Armadas, opinião pública, etc.). Finalizando, por exemplificar o modo de funcionamento da tecnoestru-

tura estatal, ou seja: uma atitude do Executivo que incorpora, num projeto, o pensamento científico (técnico) às sugestões, espectativas e interesses de vários grupos. Ou, como bem sintetizou IANNI, "a criação da Petrobrás exprimiu a convergência de vários componentes essenciais do sistema político e econômico brasileiro daquela época: defesa nacional, nacionalismo econômico, emancipação do País, ideologia desenvolvimentista, crescimento da função econômica do Estado" (9).

Em meio a complicações de ordem política e econômica, o ano de 1954 marcou o fim da segunda fase de desenvolvimento interno, dada pela coincidência da expansão industrial relativamente acelerada - se bem que desordenada - e a melhoria do poder de compra das exportações. Os investimentos do governo no setor da indústria petrolífera tiveram repercução no desenvolvimento econômico do período seguinte. Os dois anos seguintes marcaram uma fase de transição política e econômica, tendo sido o único a apresentar taxa de crescimento negativo do produto per capita.

1.2.4. Anos de Transição

Desde o início do século XX o poder público vinha adotando uma postura cada vez mais voltada para a proteção dos setores econômicos já instalados, para a formalização do mercado de fatores de produção e para o controle das relações sociais de produção. A crescente participação do Governo na economia deve ser entendida mais como consequência de problemas práticos do que como resultado de uma política de planejamento.

O nacionalismo sempre esteve presente nos debates sobre os problemas políticos e econômicos brasileiros, frequente nos discursos dos governantes e nas realizações do governo. Os diferentes segmentos da sociedade identificavam a solução dos seus problemas com soluções do tipo nacionalista, confundindo seus dilemas com os de toda a sociedade. Talvés por isso o nacionalismo econômico tenha sido um elemento básico da política governamental em vários períodos.

Nos anos de transição, entre 54 e 56, a grande preocupação do governo foi com a estabilidade. Isto resultou em um padrão tradicional de política econômica que agravou os problemas já existentes.

A política de contenção da demanda global foi motivada pelo medo da reativação da inflação. Contudo, os esquemas restritivos de crédito e o controle da expansão monetária não eliminaram os pontos de estrangulamento (transporte e energia) além de reduzirem o nível da atividade econômica e o ritmo de crescimento. Ou em outras palavras: não apenas deixaram de resolver os problemas como geraram outros ao provocarem conflitos entre as práticas contracionistas e as forças presentes na sociedade. Vejamos:

A política contracionista reduziu o crédito das empresas privadas brasileiras que eram muito sensíveis à cortes desse gênero já que dependiam de fontes externas - bancos - para a obtenção capital de giro. Paralelamente, ao reduzir a atividade econômica, era afetado o dinamismo de todo o parque industrial, inclusive dos ramos recém instalados e que se encontravam em expansão. Isto gerou um clima de descontentamento no setor urbano que, apesar do seu peso dentro da sociedade estar aumentando, se via cada vez mais prejudicado.

O ano de 1956 surgiu num quadro repleto de desequilíbrios econômicos. Apesar disso a opção depositada nas urnas era pelo desenvolvimento e sustentação da atividade econômica. Existia a consciência de que a origem dos problemas brasileiros era o estágio do desenvolvimento industrial do país. Acreditava-se que os elementos de pressão na economia surgiram da não complementaridade da industrialização precedente e dos pontos de estrangulamento no sistema de transporte e geração de energia.

Ao contrário dos outros países da América Latina, o sistema brasileiro estava em um estágio que tornava viável a opção pelo desenvolvimento. Havia certo grau de diversificação industrial e capacidade em áreas chaves. Também havia um grande mercado.

No entanto a base industrial brasileira era restringida e o surgimento da indústria pesada e a expansão da economia dependeria de uma força capaz de planejar e canalizar recursos que, inclusive, inexistiam no setor privado nacional. O Estado assumiu

o papel de centralizador de decisões articulando-se ao capital estrangeiro em uma relação de complementaridade com o capital nacional. Além da função de planejar, coube ao Estado a responsabilidade de criar a infraestrutura necessária, visto que a natureza deste tipo de investimento não atrai ao capital privado.

O populismo de JK era impregnado por um forte apelo ao nacionalismo. Em discursos, enfatizava as riquezas potenciais do Brasil mostrando que o subdesenvolvimento era um estágio que poderia ser superado através da industrialização. O subdesenvolvimento não era uma situação de exploração mas sim de inferioridade.

Dentro da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista, a abertura ao capital estrangeiro seria um expediente transitório que impulsionaria a economia até um patamar de crescimento que lhe possibilitaria o desenvolvimento auto-suficiente. Os conceitos "industrialização" e "capital estrangeiro" deixaram de ser incompatíveis uma vez que a estratégia do "desenvolvimento dependente" conciliou a ideologia nacionalista com política-econômica internacionalizante.

A postura democrática, o clima de otimismo, a confiança contagiante dos "cinquenta anos em cinco" faziam crer que seria possível ultrapassar a miséria e acabar com as injustiças sociais. Brasília, além de símbolo da modernidade, o sinal dos novos tempos, serviu para desviar a atenção dos problemas que não haviam sido incluidos nas metas.

Citações

(1) CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. 6. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982, cap. I

(2) TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, 1975. Tese de Livre Docência, Faculdade de Economia e Administração, Universidade do Rio de Janeiro, mimeo, p. 115

(3) CARDOSO DE MELLO,J.M. - op. cit., P.110

(4) TAVARES, M.C. - op. cit., cap.III

(5) TAVARES, M.C. - idem ibidem, p.121

(6) SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas à Castelo Branco (1930 - 1964). trad. I.T. Dantas. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p.52-53

(7) IANNI, Octávio. Estado e Planejamento no Brasil (1930 -1973).p.91

(8) DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

(9) IANNI, O. - op.cit., p.128

2. O Governo de Juscelino Kubitschek

2.1. Aspectos Econômicos Gerais

A industrialização brasileira até 1956 foi restringida, estando limitada pela capacidade de importar. Constituíu-se em um padrão de acumulação horizontal já que não houve aumento da capacidade produtiva além da demanda existente.

a) Novo Padrão de Acumulação

Segundo João Manuel CARDOSO DE MELLO entre 1956 e 61 foi implantado um bloco de investimentos complementares. De acordo com suas próprias palavras, isto "correspondeu a uma verdadeira 'onda de inovações' schumpeteriana: de um lado, a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente, verificando-se um profundo 'salto tecnológico'; de outro, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há, portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um processo de industrialização pesada, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados" (1).

A implantação destes investimentos significou o aprofundamento do processo de substituição de importação (previlegiando a indústria) e, consequentemente, modificou a estrutura da pauta de importações. O que não significa dizer menor dependência externa uma vez que naquele momento o aumento da demanda por equipamentos valorizaram as importações.

De qualquer forma, a partir deste período o setor produtor de bens de produção - "sustentado" pelo investimento público - já é capaz de gerar sua própria demanda num mecanismo de retroalimentação crescente. Além disso, passa a puxar os setores de bens de consumo.

b) A Divisão de Tarefas

Como este processo exigiiu um considerável grau de desenvolvimento do capitalismo nacional foi necessária a participação do Estado e do Capital externo. Para a resolução dos pontos de estrangulamento e a implantação do novo estágio de industrialização foi estabelecida uma relação de complementaridade entre Estado / Capital Estrangeiro / Capital Nacional - o "tripé" de sustentação das medidas.

A divisão de tarefas, em três níveis, foi articulada pelo Estado. Ao capital privado nacional, a parte mais frágil do tripé, coube uma proteção especial. Ao grupo foram destinados abundantes incentivos para sua expansão na indústria de bens de capital e como fornecedoras das empresas transacionais, tendo sido a indústria automobilística, um caso típico.

Além do Estado ter realizado investimentos diretos em infraestrutura e na produção direta de insumos - ampliação da CSN e PETROBRÁS, criação da ELETROBRÁS, dentre outras - sua participação foi decisiva como instrumento de política econômica pois:

- Arcou com as fontes de financiamento aumentando a carga tributária, o deficit fiscal, além de usar a instrução 70 da SUMOC.

- Fez uso da instrução 113 da SUMOC para atrair os investimentos estrangeiros diretos no curto prazo.

- Concedeu crédito oficial subsidiado para estimular a acumulação do setor privado em áreas prioritárias.

- Criou e fez uso dos grupos executivos, com representantes de diversos setores, para organizar e incentivar a implementação das metas setoriais.

c) Problemas e Propostas

Principais problemas enfrentados no período:

1. o déficit na balança de pagamentos e a deterioração dos termos de troca;
2. os pontos de estrangulamento externos e internos;
3. inflação.

Para resolvê-los foram propostas as seguintes medidas:

1. aumento das exportações aproveitando a valorização do café - cujos estoques eram financiados - e o desenvolvimento industrial. Uso da instrução 113 da SUMOC para atrair investimentos estrangeiros diretos em setores de tecnologia mais avançada, contornando os problemas de balanço de pagamentos.

2. investimentos prioritários em infra-estrutura e recurso ao capital externo.

3. política de "austeridade" nos gastos com redução das despesas supérfluas. A austeridade consistia em uma menor contratação de funcionários e em uma política salarial moderada. Quanto a natureza das despesas supérfluas cabe destacar que não se aplicou aos gastos associados a construção de Brasília. Nunca é demais lembrar que as políticas antiinflacionárias "recessivas" inviabilizariam a execussão das medidas do governo; aliás, a própria aceleração da industrialização era a responsável pelo aumento da inflação.

d) Princípais características do ciclo expansivo

- Liderança do crescimento: destaque para as atividades produtoras de bens de capital e de bens de consumo durável, com taxas de crescimento médio anual - entre 55 e 62 - de 26,4 e 23,9% respectivamente. Até 1959 a participação da indústria de bens de capital em termos de produção relativa foi ainda pequena dado o tempo de maturação dos investimentos.

- Desempenho dos produtores de bens intermediários: aumentou o ritmo de crescimento e o peso desse setor na formação de capital dado o aumento no tamanho das plantas instaladas e pela maior relação entre capital e produto. Este setor teve um reflexo muito favorável na produção de bens duráveis para consumo final. O estoque de capital no conjunto da indústria de transformação quase dobrou durante o período considerado, enquanto que o estoque dos bens intermediários foi de 26,3 para 31,3% do total da indústria.

- Produção de bens de capital: cresceu principalmente nos ramos de máquinas-ferramentas e equipamentos sob encomenda. Mas

a indústria local permanecia incapaz de produzir toda a variedade de bens demandados principalmente porque o mercado nacional era muito pequeno para atrair muitos produtores e, portanto, continuou a haver importação de ítens altamente especializados.

- Agricultura: permaneceu com a taxa de crescimento próxima aos 4,5% a.a característica do pré-guerra. Este desempenho insatisfatório originou-se do descaso do Plano de Metas para com o setor.

- Financimento: o salto industrial realizou-se à margem de um sistema de intermediação financeira e de financiamento governamental mais adequado, tendo sido boa parte do gasto público financiado por déficits e créditos do BB.

O ponto de maior destaque foi o elevado grau de complementaridade dos investimentos nos grandes projetos, além do fato deles terem se adiantado a demanda existente. Na verdade, o esquema de realimentação que formaram provocava investimentos não planejados, multiplicando os resultados das metas. Isto estabeleceu as bases técnicas que elevaram a endogeneidade da dinâmica cíclica.

O expressivo desenvolvimento do setor de bem de capital, se bem que incompleto, internalizou os mecanismos de aceleração e desaceleração da economia. O mesmo vale para o aumento da capacidade produtiva em setores de insumos básicos que exigem grandes volumes de investimento com longa maturação e descontinuidade, contribuindo para a "instabilidade cíclica". A existência de alguns bens de consumo durável com preços distantes da renda média do país aumentam a instabilidade potencial da demanda e a sua dependência de existência de crédito ao consumidor.

2.2. Plano de Metas

O Plano - ou Programa - de Metas foi um conjunto de medidas e objetivos em prol da indústria, sua prioridade máxima. Pretendia dar continuidade ao processo de substituição de importações a um nível mais profundo, com a construção dos estágios superiores da indústria e a formação do capital básico de apoio. Queria transformar qualitativamente a estrutura industrial de modo a torná-la mais coordenada. A industrialização vertical viria com a implantação da estrutura mais integrada.

Os demais aspectos estavam à serviço das metas de industrialização. O equilíbrio dos preços, o balanço de pagamentos, o setor monetário fiscal e cambial. O setor agropecuário teve uma participação simbólica em metas que significavam expansão de serviços prestados ao setor - armazenagem, fertilizantes e mecanização - e que se ligavam às transformações na indústria.

O principal objetivo do Programa de Metas era acelerar o processo de acumulação com aumento da produtividade e investimento em novas atividades produtivas, sobretudo em indústria de base. A finalidade das metas era elevar o nível de vida da população, com novas oportunidades de emprego e um futuro melhor. Aliás a "meta suprema" era a valorização do homem brasileiro, alcançada através do aumento da prosperidade social que a riqueza gerada pela indústria pesada provocaria.

Sua ação incorporou aspectos de planos anteriores, dos estudos da Comissão Mista e do grupo de estudo CEPAL-BNDE. O conjunto dos objetivos setoriais perfaziam um total de 31 metas organizadas em 6 grandes grupos a seguir:

1. ENERGIA (metas de 1 a 5) - Ampliação da capacidade geradora de eletricidade de modo a garantir demadas futuras. Além disso, pretendia consolidar a PETROBRÁS reduzindo a dependência de importação de combustiveis líquidos através da prospecção e refino próprio. Também previu expansão em outros setores como a energia nuclear e o carvão.

2. TRANSPORTES (metas de 6 a 12) - Reequipamento das estradas de ferro e construção de novas linhas; pavimentação e

construção de novas estradas de rodagem que penetrariam através da fronteiras agrícolas. Melhoria dos portos, barragens, marinha mercante e transportes aéreos, conhecidos pontos de estrangulamento.

3. ALIMENTAÇÃO (metas 13 a 18) - Incremento à produção do trigo, armazéns, silos, frigoríferos, matadouros, fertilizantes, mecanização da agricultura.

4. INDÚSTRIA DE BASE (metas 19 até 29) - Metas de produção de aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportações de ferro. Instalação e expansão da indústria de veículos motorizados, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamento elétrico.

5. EDUCAÇÃO (meta 30)

6. CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA - Meta síntese ou meta especial. A construção da nova capital era tida como uma decisão autônoma, estando ligada a questões de ordem política, como a criação de um símbolo de modernidade que mobilizasse todas as classes sociais. Orçada no equivalente à 3% do PIB, tinha cerca de 90% dos custos sob responsabilidade do setor público. Enquanto meta, teve a função de justificar e complementar as metas secundárias. Assim, serviria à ampliação do espaço econômico brasileiro e à montagem do sistema de interligações rodoviárias, desbravando o interior abandonado do país. Serviu também para desviar a atenção de muitos problemas pois a construção de Brasília geraria "efeitos colaterais" que solucionariam questões como a reforma no sistema agrário, já que abriria acesso para terras incultas e facilitaria o escoamento dos alimentos, e das universidades, visto que a Universidade Estadual de Brasília seria o modelo para uma reforma em todo o país.

Além disso foram tomadas medidas complementares que serviriam para auxiliar a implementação do Plano:

a. uniformidade dos incentivos especiais ao setor privado, com a formação dos Grupos de Trabalho e Grupos Executivos, subordinados ao Conselho de Desenvolvimento.

b. instrumentos e orgãos de controle do setor interno que tinham a função de reduzir as incertezas provocadas por estrangulamentos externos e internos: A incerteza financeira

foi superada graças as metas de infraestrutura com recursos do BNDE. A incerteza quanto financiamento e tecnologia foi coberta pelas metas de substituição de importações controladas por grupos executivos especiais: CACEX, CPA, SUMOC e BB.

O Plano do Metas foi importante para a estabilidade do período pois estabeleceu uma ligação entre o governo e a sociedade, contribuindo para a superação das questões econômicas que se agravavam principalmente pela "inexistência", até então, de racionalidade econômica. Deste modo substituiu os medos quanto o declínio da taxa de crescimento, da crise econômica-financeira e da crise de legitimidade, por uma formulação econômica específica que conduzia os negócios do Estado e da Nação de acordo com os interesses da maioria.

2.3. Características da Política Econômica

2.3.1. O Financiamento das Propostas

A política de defesa do nível de atividade econômica exigiu grandes esforços para alterar as estruturas existentes. O setor de intermediação financeira estava acostumado a atender uma economia "mercantil" e o setor público estava desprovido de instrumentos de captação de recursos à altura dos investimentos pretendidos. O financiamento do plano intensificou os desequilíbrios já presentes na economia pois o investimento supunha gasto público, enquanto a necessidade de importar equipamentos e insumos pressionava a capacidade de importar afetando o balanço de pagamentos.

Basicamente a captação de recursos se deu por:

1. Favorecimento da entrada do capital estrangeiro sob a forma de inversões diretas. Foram concedidas um série de facilidades tais como remessa de lucro, taxa de câmbio mais razoável e a possibilidade de importação de equipamentos. As empresas geralmente se associavam ao capital nacional pelo direito a um maior número de "facilidades".

2. Ampliação da participação direta do setor público na formação interna do capital - característico do subdesenvolvimento - e financiamento inflacionário com a cobertura de dé-

ficits extra-orçamentários por parte do BB.

3. Canalização de recursos privados para áreas estratégicas do Plano através de um conjunto de favores e estímulos que reduziam os custos monetários dos investimentos e aumentavam suas rentabilidades. Entre estes estímulos podemos citar o longo período de carência, a taxa de juro negativa - BNDE - e o repasse de crédito externo. Para os setores em instalação proporcionou uma verdadeira reserva de mercado através da regulamentação do estatuto de registro de similar - barreiras alfandegárias, subsídios, etc. Os empréstimos oficiais possibilitaram os investimentos prioritários, tendo alcançado impactos positivos na orientação das aplicações privadas. O Estado, transformado no orientador das atividades econômicas, determinou os setores privilegiados e proporcionou, como diz LESSA (2), a apropriação anti-social de boa parte do excedente do período.

4. O tratamento dispensado a questão da estabilidade permitiu a taxa de inflação verificada no período. A inflação foi "necessária" para financiar os gastos públicos destinados a suprir a ausência de outras fontes de financiamento. Na verdade uma política antiinflacionária impossibilitaria o pleno desenvolvimento do Plano pois o próprio processo de industrialização, e o "boom tecnológico", produziam inflação. Deste modo, foram apenas contemporizadas as tensões mais emergentes e amortecidos os movimentos inflacionários mais prejudiciais, visto que o ritmo de crescimento e o aumento dos salários - aliado aos "subsídios ao consumo da massa" - dava respaldo à política de postergar os desequilíbrios.

2.3.2. Fatores de Sustentação da Política Econômica

A elevação do ritmo de crescimento, consequência do êxito do planejamento, serviu para atenuar os desequilíbrios. O sistetema de financiamento inflacionário era apoiado pelo empresariado pois, apesar do aumento dos salários dos empregados da indústria, era possível manter altas taxas de lucro. Com o aumento do produto a inflação não chegava a assumir a forma espiral.

O rápido crescimento da economia resultou da política bem

sucedida e do dinamismo do sistema. Nenhum setor perdeu em termos absolutos e o sistema absorvia parte significativa das tensões. Além disso, atendendo à política de interesses, os reajustes de preços de ítens básicos de subsistência e insumos - determinantes na estrutura de custo - foram retidos ao máximo. Isto garantia a fé da opinião pública e o apoio político ao governo pois:

a) O controle de preços e a oferta flexível de mão-de-obra "não sindicalizada" era totalmente favorável ao empresário;

b) O salário real do trabalhador era mantido através de subsídios diretos e indiretos - transporte, energia, derivados de petróleo.

2.3.3. A Administração

Para evitar o imobilismo do sistema sem contestá-lo radicalmente foram mantidos os antigos orgãos clientelistas ao mesmo tempo em que era criada uma administração paralalela.

Era composta por antigos (eficientes) e novos orgãos administrativos dentre os quais destacamos a CACEX, o BNDE e a SUMOC - os antigos - e o CPA, Grupos de Trabalho e Grupos Executivos - criados pelo governo JK. Os novos orgãos estavam diretamente submetidos ao Executivo e, tanto eles quanto os antigos, formaram um esquema racional que possilbilitou taram levar adiante o programa do governo, passando ao largo da burocracia tradicional. Isto é exatamente o que nos diz BENEVIDES:

"Ademais Kubitschek compreendeu que os parâmetros da Constituição de 1946 estavam exauridos. Esta Constituição, considerada 'retrógada' pois alimentada por um 'liberalismo irrealista' (num século em que a intervenção do poder estatal na atividade econômica era uma fatalidade inexorável), proibia a delegação de poderes, o que significava amarrar o Executivo - na sua força dinâmica e criadora - aos caprichos de um Legislativo inorgânico e indisciplinado pela pluralidade da representação partidária. Assim, Kubitschek criou instrumentos extraconstitucionais, uma forma sub-reptícia de obter delegação de poderes para a realização do Programa de Metas, que jamais teria sido

possível se tivesse que passar pelos tradicionais processos de tramitação legislativa, caracterizados pelas longas negociações, entraves oposicionistas, etc" (3).

Sem pretender analizar cada um destes orgãos em profundidade, apenas destaco as funções dos principais:

1. Os Grupos de Trabalho não possuiam função executiva. Apresentavam projetos de lei ou regulamentação para simplificar e especializar os instrumentos de controle do governo, aumentando a eficiência na oferta e manipulação dos incentivos. Eram formados dos grupos de estudo existentes no Conselho de Desenvolvimento de acordo com a natureza do projeto em discussão.

2. Os Grupos Executivos eram todos os orgãos responsáveis pelos incentivos necessários para implementar o Plano de Metas. Procuravam ligar o setor público ao privado dentro do processo decisório, sendo composta por elementos do governo e por industriais. Praticamente, centralizavam as decisões administrativas facilitando as ações sem se submeter ao Ministério da Fazenda. Dentre os mais conhecidos temos a CACEX - controle das licenças de importação - e a SUMOC - para questões de comércio externo.

3. O BNDE foi a principal fonte de controle para o financiamento das obras de infraestrutura. Aproveitando-se dos projetos da Comissão Mista - que por sinal criou o BNDE durante o segundo governo de Vargas - garantia a obtensão de financiamento externo avalizando-os.

4. O CPA manipulava as tarifas alfandegárias de acordo com as necessidades de bens importados. Privilegiava as taxas e impostos sobre equipamentos necessários à industria, estimulando o desenvolvimento dos setores primordiais.

5. O Conselho de Desenvolvimento foi originalmente criado como um orgão central de planejamento e de acessoria à presidência. Mas na prática foi subdividido em grupos setoriais.

2.4. A Questão Política e Social: Estabilidade

Agora cabe analisar como foi possível estruturar e implementar todo o programa de governo. Esta discussão deve abordar a questão da estabilidade tanto do ponto de vista dos seus condicionantes como do ponto de vista do seu significado para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

2.4.1. O Arranjo Forças

Vimos que a base da política econômica foi o Plano de Metas cujas características induziam ao desenvolvimento econômico. Este projeto foi viável graças a convergência de interesses das Forças Armadas e do Congresso Nacional - na forma da aliança política entre o PSD e o PTB.

O governo JK conseguiu compatibilizar conjunturalmente desenvolvimento econômico com desenvolvimento político, montando um sistema com capacidade de tomar decisões e implementá-las com sucesso e apreciavel consenso da sociedade. O talento de JK reuniu o "novo", o "velho" e os militares através de um modelo de compensação que proporcionou a estabilidade política ainda que em meio a um processo de transformação.

A estabilidade política alcançada em um período de reorientação de desenvolvimento econômico foi muito diferente da instabilidade política crônica desde 30. O velho argumento que diz que Juscelino foi o único presidente civil que chegou ao fim do mandato, entre 1930 e 64, expressa quão atípica foi a estabilidade do período mas não revela corretamente os seus significados.

Afinal a instabilidade era latente. Foi real durante toda a campanha eleitoral que acabou gerando perspectivas golpistas e também ao fim do governo quando se agravaram as condições sociais. Mesmo durante o período, apesar das liberdades democráticas e da paz social, houve instabilidade, ou melhor: houve estabilidade dentro de um contexto instável. A estabilidade foi mantida apesar das condições precárias e acabou por gerar as bases da instabilidade futura. Foi consequência de

uma conjuntura favorável onde, segundo Maria Victória BENEVIDES, (4) se "maximizaram as virtudes acumuladas" refletidas no papel dos partidos políticos, das Forças Armadas (Gen. Lott) e do Executivo na condução da política econômica e administrativa.

Estes "personagens" atuaram de forma convergente em apoio a política econômica, cujo núcleo foi o Plano de Metas.

O Plano de Metas foi compatível com os interesses das elites e das massas, podendo ser considerado expressão do estilo conciliatório de Juscelino. Não so isso, revela a política de adiamento dos problemas pendentes e a não intensao de mexer com as forças reacionárias, ou seja, a política de transferir os problemas para as administrações seguintes e de não contrariar, por exemplo, o regime da propriedade rural.

A viabilidade do modelo de estabilidade foi possível graças ao mecanismo de compensação entre política militar, política partidária e política econômica. A capacidade de implementação do Plano de Metas foi vital para a relativa vitalidade política do governo JK na articulação dos componentes do sistema.

2.4.2. A Aliança Política

A aliança PSD/PTB, como fator de estabilidade, atingiu seu ponto ótimo no período graças a convergência de interesses por parte do PDS - cálculo político - em manter sua hegemonia no Congresso, e por conveniência do PTB em participar mais efetivamente do poder. Esta aliança reforçou o pacto de dominação vigente e garantiu a legitimidade do governo, pois:

- a nível de governo constituiu-se no Congresso um bloco de apoio ao Executivo, na defesa de questões orçamentárias e projetos de lei onde se destaca o papel hegemônico do PSD que assumira um maior número de postos. Na política trabalhista destacou-se o vice João Goulart na liderança de seu partido, o PTB. O Legislativo legitimava o sistema e as verbas especiais destinadas sobretudo para a construção de Brasília.

- ao nível partidário foi possível adequar os interesses e necessidades proporcionando um melhor desempenho eleitoral, tendo inclusive havido um acordo com o PC, fato que muito

contribuiu para a estabilidade política.

Claro que os interesses patidários eram diferentes, mas destacamos que convergiam no que dizia respeito ao cálculo político-eleitoral e ao apoio ao desenvolvimentismo.

O poder Executivo assumiu características peculiares, dadas pelo programa pré-fixado em campanha, apoiadas no planejamento mais desenvolvimento. A iniciativa do Executivo subordinou até mesmo a forte aliança situacionista visto que:

- a política econômica não descontentava nenhum grupo político significativo e possuia a maioria do Congresso. Na verdade, esta configuraçao espressava uma certa compatibilidade entre os interesses do eleitorado e os interesses do presidente.

- a oposição nao bloqueava eficazmente as iniciativas do Executivo.

De fato, houve conciliação de interesses no poder. O Congresso apoiava as questões orçamentárias, vitais para o desenvolvimento, enquanto que o Executivo atendia os interesses dos integrantes da aliança. O executivo possuia grande liberdade quanto as decisões políticas graças a administração paralela que afastava o Legislativo de parte da decisões de política econômica. No entanto o congresso regulava "excessos inovadores" como a reforma agrária e tributária. A conciliação dos interesses da aliança, mas mais abrangente que ela, estava validada pela força do voto que representava os interesses das elites rurais e empresariais, e das novas camadas urbanas que se benificiavam das vantagens advindas com o desenvolvimento econômico.

Na divisão do poder, coube ao PTB o Ministério do Trabalho, orgãos da Previdência Social e política sindical. Ao PSD coube o controle burocrático de orgãos para o interesse das bases do poder local e rural e os de política financeira. Nesta distribuição de ministérios e postos chaves cumpriram-se os compromissos firmados em campanha.

Deste modo, foi constituída uma verdadeira frente nacional envolvendo a burguesia nacional, a classe média progressista e o proletariado.

2.4.3. Forças Armadas

O papel das Forças Armadas para a estabilidade do período foi o de preservar a ordem interna. Sua atuação veio de encontro a conjuntura favorável de apoio ao governo: A aliança impedia os atos de bloqueio da oposição udenista. As forças Armadas, principalmente o exército, mantinham a ordem interna e a disciplina militar, assegurando a implementação das medidas desenvolvimentistas. A força do exército e do Gen. Lott, ministro da guerra, absorveu as crises militares retirando-lhes qualquer conteúdo político que pudessem apresentar.

Por outro lado, o apoio a politica desenvolvimentista - desde que não afetasse setores mais nacionalistas - era compensado pelo atendimento das reivindicações militares (por salários, equipamentos e promoções) e pela concessão de cargos civis aos militares. A crescente participação dos militares no poder civil, os "generais executivos" e também a tutela militar representam a renúncia do presidente em exercer seu poder politico - de direito - sobre os militares, aceitando-os pela necessidade de manter o sistema e implementar o Plano de Metas. Os militares assumiram cargos diretamente relacionados com o desenvolvimento econômico garantindo a continuidade das políticas implementadas.

Os militares garantiam a premissa básica para o modelo de desenvolvimento implícito do Plano de Metas. Para mudar dentro da ordem, preservando o regime vigente, era imprescindível a ORDEM, que apenas os militares - enquanto única força nacional com poder de coerção - poderiam assegurar.

Um ponto interessante levantado por BENEVIDES é que havia divisão entre as três armas e que também esta divisão foi benéfica para a estabilidade do período já que, quando elas se unem, tendem a ocupar o poder civil.

2.4.4. Os Significados da ORDEM

O Plano de Metas, tal qual se estruturou, dependia de recursos externos. Por isso tinha que despertar a confiança dos investidores estrangeiros. O discurso ideológico de JK enfatiza-

CEDOC/IE/UNICAMP

investidores estrangeiros. O discurso ideológico de JK enfatizava a manutenção da ordem para a viabilização do desenvolvimento. A ordem política, a tranquilidade social, a disciplina militar e a própria organização do sistema, e ao que ele se propunha, eram garantias muito palpáveis aos investidores.

Realmente ORDEM foi a palavra chave. O termo com que JK identificava a legitimidade do exercício do poder, garantindo o seu mandato. A segurança pública mantinha a ordem permitindo o desenvolvimento. A ordem política e o processo de desenvolvimento se alimentariam mutuamente conduzindo o país à condição de desenvolvimento desejada.

Na posse havia uma conjuntura de desordem. No plano econômico, havia a tendência de reversão do crescimento. No plano ideológico, o debate político enveredava por caminhos extremamente emocionais. No plano social se manifestavam vários níveis de intranquilidade, quanto aos problemas econômicos e aos problemas políticos ideológicos.

A política econômica-administrativa do governo JK foi o fator mais significativo para a convergência de interesses. Dentro do modelo de compensação, a política econômica foi o elemento que provocou a conjuntura favorável de estabilidade política, de eficácia e legitimidade.

A interdependência das 3 variáveis viabilizou o modelo de compensação e o sucesso do Plano. Apenas um destes elementos não seria suficiente para a estabilidade. Esta conjuntura favorável postergou os momentos de ruptura responsáveis pelas instabilidades futuras.

2.4.5. O Nacionalismo Desenvolvimentista

Os aspectos até agora considerados são melhor compreendidos quando analisamos a ideologia dominante na época.

Devemos transportar o conceito para a conjuntura daquele momento, quando o capitalismo monopolista a nível mundial passava por transformações. O imperialismo emergente no pós-guerra provocava a modernização econômica, cultural e política. No Brasil, os efeitos das transformações são sentidos em meio à

turbulência interna, à instabilidade em vários níveis e as transformações na sociedade. A ideologia do desenvolvimentismo se consolidou como dominante em um momento em que a sociedade se encontrava em desenvolvimento. Poderíamos dizer que o desenvolvimento capitalista foi possível pela produção econômica e pela produção ideológica, adquirindo esta última uma importância muito grande para a manutenção do sistema. Pois " se a ordem é um pré-requisito (do desenvolvimento) e se o desenvolvimento vem fortalecê-la, ele terá que processar-se dentro dela".(5)

Na visão desenvolvimentista a subversão se origina da miséria. Deste modo, vencer a pobreza é condição para se manter a segurança e dificultar a propagação de ideologias contrárias à ordem estabelecida. Os conceitos "ordem", "segurança" e "desenvolvimento" são básicos para a compreensão do desenvolvimentismo e, partindo deles, é possível montar um esquema teórico que reflita com clareza todos os aspectos considerados neste relatório (6):

a) A conceituação parte da ORDEM como forma de eliminar a SUBVERSÃO.

b) A agitação social surge de condições sócio-econômicas indígnas (POBREZA).

c) O DESENVOLVIMENTO é a forma de chegar às causas - das condições indígnas - e enfrentá-las.

d) Isto só é possível através da COOPERAÇÃO internacional. O Brasil não precisa "mendigar", mas nacionalismo é diferente de xenofobia. Deve haver relações a nível político e econômico - TROCAS.

e) Para que as trocas ocorram é preciso ter o que trocar. É preciso oferecer rentabilidade e segurança aos investimentos.

f) Em países como o Brasil cabe ao Estado gerar as condições para a vinda do capital, infraestura e planejamento.

g) Com isto a nação chega a um nível de prosperidade que lhe possibilitará caminhar por suas próprias pernas.

O desenvolvimentismo foi um recurso para garantir a estabilidade do sistema porque mobilizava indistintamente as pessoas em torno das causas do progresso e da modernidade. Como a relação de subdesenvolvimento não era vista como uma relaçãc

de exploração, mas como uma posição de inferioridade, não havia contradições entre os objetivos do Brasil e o auxílio externo.

Não podemos deixar de considerar o ISEB - apesar de ter sido criado em 1955 - como mecanismo de divulgação do ideário desenvolvimentista e como apoio ao Plano de Metas.

2.5. Algumas Considerações

2.5.1. Sobre o Período

O desenvolvimento econômico capitalista, enquanto processo de acumulação privado de capital, está baseado na expansão qualitativa e quantitativa da sociedade.

Do ponto de vista quantitativo, só se realiza quando parte do excedente gerado é re-investido produtivamente. Do ponto de vista qualitativo, depende da formação e reprodução das forças produtivas, dentre outros aspectos. O capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão social do trabalho não se mantêm apenas da ação empresarial mas também da ação do governo, em maior ou menor grau, de acordo com o desenvolvimento da sociedade.

Tradicionalmente a instalação do departamento de bens de produção requer a criação simultânea e articulada dos seus principais setores: siderurgia, metal-mecânica pesada, material elétrico pesado e grande indústria química. Isto exige amplo suporte de infraestrutura sob a forma de capital social básico, pressupondo um avançado grau de concentração e centralização de capitais que, obviamente, inexiste nas economias periféricas.

Este foi o principal obstáculo ao desenvolvimento das industrializações "tardias", onde o grau de avanço passou a depender da forma de atuação do Estado e do nível de interação com o capital internacional. A participação do Estado foi decisiva pois viabilizou o processo de monopolização do capital na economia, possibilitando a constituição do departamento de bens de produção. Além disso, foi ele quem demarcou as áreas de atuação dos diversos capitais - nacional, multinacional - e a

sua própria, estimulando os setores primordiais.

Há que se destacar, no caso brasileiro, a hegemonia do poder Executivo que possuia poder de decisão e atuação efetiva na política econômica, pois dispunha de bases constitucionais, recursos financeiros, organização e pessoal capacitado à ação.

O nascimento do capitalismo monopolista brasileiro assentou-se sobre 3 pontos básicos:

- a importância crucial do setor produtivo estatal;
- profundidade do processo de internacionalização do setor produtivo;
- extensão do controle do Estado sobre o processo de acumulação.

Para a rápida articulação da estrutura monopolista de perfil avançado a administração de Juscelino se utilizou dos instrumentos de regulação econômica herdados, principalmente do segundo período Vargas, mas também criou novos instrumentos, sobretudo aqueles cujo objetivo seria articular as políticas dos investimentos públicos e privados de forma planejada - articulada. Quanto a coordenação dos investimentos públicos poderiamos citar o Conselho de Desenvolvimento e o Plano de Metas. Quanto a coordenação dos privados, os Grupos Executivos.

Os 25 anos de transformações na estrutura do Estado e de desenvovimento industrial serviram para a constituição dos elementos necessários para a atuaçao do governo, até no que diz respeito à criação de organismos fundamentais, tais como BNDE e intruções 70 e 113, criados em períodos anteriores.

A formação de uma estrutura de poder informal, de caráter não institucionalizado e provisório, permitiu driblar os obstáculos tradicionais à criação de um orgão central de planejamento e coordenação dos gastos públicos. A importância da "administração paralela" foi evitar as fricções ao superar os "entraves da burocracia tradicional" agilizando, e tornando eficiente, a regulação da acumulação capitalista pelo Estado. A opção pelas soluções de menor resitência garantia a composição dos interesses e os apoios ao projeto do governo. Deste modo, o investimento público e a regulação do privado eram direcionados de acordo com

os interesses. Por outro lado, estes esquemas e soluções provisórios possuiam um "fôlego curto" e postergavam os problemas para um momento futuro.

Com a criação do Conselho de Desenvolvimento e também dos Grupos Executivos e Grupos de Trabalho, o governo JK alcançou um elevado grau de coordenação e centralização de decisões, aspecto fundamental para a implantação do Plano de Metas. Este programa foi introduzido na etapa final da industrialização brasileira, quando da instalação do setor de bens de produção e da plena constituição das forças produtivas especificamente capitalistas. Serviu para a concretização da industrialização brasileira em uma estrutura monopolista específica em que se articulam a grande empresa estrangeira, a empresa privada nacional e a empresa pública.

As empresas estrangeiras comandavam os novos blocos de investimentos setoriais que criavam novas fronteiras de acumulação, à elevadas taxas de lucro, para o capital nacional. Estes investimentos criavam a necessidade de novas linhas de produtos, gerando fatias de mercados ocupadas pelas empresas nacionais, que geralmente contavam com o suporte creditício estatal que lhes permitiam superar as barreiras do volume inicial de capital, tanto para implantação como para atualização tecnológica. O Estado oferecia inúmeros incentivos ao capital estrangeiro, tais como insenções e facilidades para a importação de equipamentos, remessa de lucros, etc.

Os grupos executivos foram muito importantes para regular este processo de entrada de empresas, divisão de mercado e integração vertical. Do ponto de vista estritamente técnico, serviram para auxiliar na atualização tecnológica das empresas nacionais. Do ponto de vista da divisão do mercado, protegiam os empresários nacionais assegurando-lhes determinadas fatias em setores onde já atuavam ou em novos - impossibilitando a competição estrangeira.

É importante lembrar que o Estado articulou a entrada do capital estrangeiro no momento em que ele se encontrava em um período de expansão na busca de novos mercados. Também definiu um bloco de investimentos e assegurou amplas condições de finan-

ciamento, estendendo seu poder de regulação e captação fiscal e financeira.

Mas a fragilidade das bases financeiras e fiscais do Estado, frente as necessidades impostas pela industrialização, provocou as emissões monetárias para não comprometer os investimentos estatais, componente essencial das transformações estruturais, tanto pela composição do capital social básico quanto para a produção industrial.

As transformaçõ s ocorridas neste período provocaram o alargamento das funções do Estado sem que houvesse a redefinição do seu papel. Ele adquiriu progressiva importância como produtor direto nos setores estratégicos e como controlador indireto de vários setores privados. Neste sentido poderíamos pensar na ocorrência de uma "estatização formal" (7) da economia.

Ao fim do Plano de Metas, concluiu-se o processo de diversificação industrial por substituição de importações. O país dispõe de um perfil de economia madura, apresentando as pré condições para um processo de desenvolvimento auto-sustentado e independente. Mas a "concretização desse salto para um patamar mais avançado de desenvolvimento industrial significou, na verdade, a integração da economia nacional e do capital nacional ao esquema de divisão internacional do trabalho do pós-guerra, em plena fase de constituição ao longo dos anos 50" (8).

A evolução econômica também acentuou os desníveis:

- setoriais - o primário permaneceu com sua produtividade média inalterada.

- regionais - ao mesmo tempo que se mantem os distintos sistemas econômicos primários, se processa a industrialização na região centro-sul.

- sociais - o emprego cresceu menos que a explosão demográfica a cujos efeitos se acrescenta a expulsão do campo.

Assim, no momento em que se completava a industrialização e com ela se consolidava as estruturas de intervenção e regulação estatais, emergiam as rupturas oriundas da própria organização oligopolizada que se consolidava. As questões tributárias, bancárias, financeiras e administrativas assumiam novas características antes mesmo de seus problemas estruturais terem sido

solucionados. Por outro lado, ao se estabelecer uma estrutura industrial integrada, estavam geradas as condições para a correção das disparidades.

2.5.2. Comparando com Períodos Anteriores

Entre 1930 e 1955 o aparelho estatal se expandiu e se estruturou de forma cada vez mais avançada, incorporando a regulação das relações sociais capitalistas e centralizando os impulsos para o avanço na direção de uma economia industrial que se constitui plenamente entre os anos de 1956-60.

O Estado planejou e investiu na construção de infraestrutura em transporte, energia elétrica e comunicações; tomou iniciativas empresariais criando as bases da siderurgia, do refino do petróleo, álcalis e mineração de ferro. Além disso, concedeu apoio creditício para novos setores da indústria e regulou a formação do mercado de trabalho urbano. De fato, em meados da decada de 50 já existiam as pré-condições mínimas para o salto da industrialização.

O "salto industrializante" pode ser detectado no Estado Novo, no 'segundo' Vargas e durante o governo de JK pois o ritmo de industrialização nestes períodos romperam com as condições precedentes. De uma forma ou de outra, houve investimentos em infraestrutura e em setores da indústria de base, numa tentativa de consolidação das bases da industrialização. Estes momentos apresentaram um mesmo ritmo mas um sentido diferente, ou seja, levantaram diferentes formas para solucionar os diversos níveis dos interesses da sociedade. Isto se deveu a especificidade das etapas de constituição e desenvolvimento do nosso capitalismo.

Do ponto de vista da questão social e da articulação com o capital estrangeiro, por exemplo, percebemos distinções fundamentais entre um período e outro:

No Estado Novo o regime ditatorial e a economia de guerra consolidaram o nacionalismo econômico (como defesa nacional) e a não articulação com o capital estrangeiro. Na questão social, introduziu a forma corporativista, autoritária e controladora, que se d svinculava dos grandes projetos econômicos.

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas o plano de desenvolvimento foi idealizado para solucionar, sob a marca do populismo, as "demandas" sociais por saúde, alimentação e transporte. O desenvolvimento econômico expressava a democracia social justificando o uso do aparelho estatal. O próprio conteúdo do nacionalismo foi modificado, sendo ao mesmo tempo mais realista, ao tentar articular a entrada de empresas internacionais que monopolizavam tecnologia, e mais radical ao considerar a empresa pública como núcleo dinâmico dos novos setores.

JK facilitou a entrada maciça de capital estrangeiro em novas áreas, proporcionando a internacionalização da economia. Seu objetivo era viabilizar novos blocos de investimento no setor privado, e seu discurso estava impregnado pela ideologia desenvolvimentista que a muitos empolgava. Na questão social, aplicou um rígido controle ao piso salarial urbano, apenas compensado pela expansão de emprego e pela maior mobilidade social e geográfica

Do ponto de vista político, a ascensão da classe trabalhadora culminou na força do PTB fazendo com que os governantes tivessem que considerar seu peso nas suas decisões, pois o voto urbano passava a adquirir um poder de decisão cada vez maior. Isto pode ser facilmente percebido com a "tática trabalhista" de Vargas, durante seu segundo período de governo.

Além disso, até 1955 o PSD e o PTB compunham a encarnação do Getulismo, possuindo o primeiro o papel hegemônico ao nível do governo. Após o Estado Novo houve uma pressão por democracia e desenvolvimento, luta predominantemente urbana que provocou o crescimento do PDT. Finalmente, com Juscelino o nacionalismo getulista foi substituído pela ideologia desenvolvimentista que, como vimos, significou mais que uma simples aliança eleitoreira uma vez que transformou substancialmente o quadro político, econômico e social do Brasil.

Citações

(1) CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio. 6. ed. São Paulo, Brasiliense, 1982, p.117

(2) LESSA, Carlos. - 15 Anos de Política Econômica

(3) BENEVIDES, M. V. M. - O Governo Kubitschek - Desenvolvimento Econômico e Instabilidade Política, Paz e Terra, p.225

(4) BENEVIDES, M. V. M. - idem ibidem,

(5) idem, ibidem, p. 158

(6) LIMOEIRO, - A Ideologia Desenvolvimentista, Paz e Terra.

(7) IANNI, Octávio. - Estado e Planejamento no Brasil (1930 -1973).

(8) DRAIBE, Sônia. Rumos e Metamorfoses. Rio de Janeiro, Paz e Terra., p.243

3. O Cinema Brasileiro

3.1. Análise Geral

A análise desde o surgimento do cinema no Brasil se justifica pela necessidade de contextualizar as características encontradas no período-objeto desta pesquisa. Por exemplo, fica mais fácil entender o fenômeno das grandes empresas cinematográficas nacionais nos anos 40 e 50 se lembramos como se solidificou o mercado em que elas pretenderam atuar. Do mesmo modo, fica fácil compreender os conflitos ideológicos entre os grupos nacionalistas e não-nacionalistas se consideramos a evolução temática e formal da produção cinematográfica.

Ao surgimento atrelado ao capital estrangeiro, forma peculiar de tantas atividades econômicas do país, se acrescenta a dimensão cultural do cinema; a colonização capitalista que vai se completando ao fazer parte da realidade cotidiana. Isto também deve ser levado em conta.

" A partir do início do século XIX, o registro visual da realidade obtido de forma mecânica se tornara quase numa obsessão de diversos grupos de cientistas e técnicos, em meio às enormes transformações por que passa o mundo europeu. A reestruturação da sociedade e do sistema de poder, a partir da hegemonia política da burguesia, e as mudanças ideológicas, vindas tanto das reformas institucionais como da revolução industrial com suas ofertas tecnológicas, compõem novas mentalidades nos heróis civilizatórios que liderariam a modernidade: os cidadãos urbanos. Estas transformações nas cidades e em sua ecologia social permitem o estabelecimento de novos padrões de conhecimento e valor, a reelaboração das rotinas da vida cotidiana a partir das novas situações de trabalho coletivo, assim como a organização de uma indústria de informação e divertimento." (1)

A cultura urbana foi sem dúvida uma condição importante para o desenvolvimento das técnicas e equipamentos cinematográficos e também para a consolidação do cinema enquanto indústria e arte. Afinal o ambiente da cidade favoreceu o progresso científico e garantiu um fiel mercado para as produções. Sabemos que na época dos primeiros cinematógrafos, pouco se de seus descobri-

dores atribuiam ao invento um valor comercial, considerando os aparelhos como curiosidades passageiras. Mas o aparecimento do cinema na Europa e Estados Unidos sinalizava que a Revolução Industrial entrava no ramo do entretenimento. Pois se a princípio a atração eram as máquinas cinematográficas, sem dúvida foi a capacidade do cinema imitar a realidade - e transportar a assistência para pontos remotos - que permitiu que o seu sucesso superasse as espectativas curiosas. Aliás, foi esta característica que transformou o cinema em importante veículo de propaganda da nova forma de vida.

O progresso técnico do setor, sobretudo no aperfeiçoamento da qualidade das imagens, temas e enredos, foi um das principais garantias de "sobrevivência" do cinema. Logicamente que enquanto "engenho mecânico" o cinematógrafo e os aparelhos similares teriam um limitado período de vida, mas a possibilidade de variação de temas e formas abriu uma ampla faixa de mercado. Deste modo a descoberta foi se viabilizando enquanto atividade econômica e industrial. Daí para o comércio internacional foi uma consequência óbvia se consideramos o contexto da época e o estágio de desenvolvimento dos países.

Enquanto o cinema crescia nos países centrais como resultado da aceleração do processo técnico e científico, o Brasil se encontrava no atraso de uma sociedade recém saída do esquema escravocrata e monárquico, e que ainda se mantinha predominantemente agrária. Reflexo da civilização ocidental adiantada, o país ia absorvendo características destas sociedades, queimando etapas de seu desenvolvimento ao importar produtos e cultura "pronta".

Nesta época o Rio de Janeiro passava por um grande crescimento urbano, motivado pela chegada de imigrantes estrangeiros e também do Nordeste do Brasil. Este crescimento urbano, além de crises de habitação e saneamento, representou: a abertura de um setor médio constituído por brancos instruídos que ocupavam funções públicas e profissões liberais; crescimento do emprego de técnicos e proletários, exercidos por estrangeiros; além de um crescimento na construção civil e obras públicas que absorviam a mão-de-obra negra e nordestina - que também se alocava em sub-

empregos e ofícios de rua. Ao crescimento de uma população sem recursos correspondeu a expansão de alternativas para divertimento urbano barato, para um público que certamente não poderia consumir as óperas e concertos levados ao municipal.

As primeiras apresentações dos cinematógrafos eram feitas de modo irregular e itinerante dentro do esquema circense pré-estabelecido. A medida que o setor conquistava um público certo foram surgindo as primeiras salas fixas, sob a responsabilidade de imigrantes estrangeiros, italianos e portugueses, que já dominavam neste período o setor de diversões baratas. O cinema ia se constituindo na principal alternativa de diversão.

O cinema nacional assumiu características predominantemente comerciais. Filmes e equipamentos eram importados como tantos outros produtos não produzidos internamente. A produção local se restringia a poucas "externas" associadas a imagens de acontecimentos cívicos, governantes e políticos de destaque, que geralmente as financiava.

Por outro lado, o processo de modernização se estendeu para São Paulo com o sucesso do café, que arruinou as plantações cariocas. Um terço da população se aburguesava e surgiam uma série de afinidades, paralelismos e rivalidades políticas e culturais entre os dois estados. Imigrantes associados com a marginalidade local vão se tornando os primeiros produtores, técnicos e cineastas. Ao desenvolvimento urbano se somou uma época de descobertas e aprimoramento dos equipamentos cinematográficos e uma divulgação mais efetiva, onde a fase experimental do cinema industrial ganha destaque com tentativas de imagens mais perfeitas - reais - aliadas ao som.

" A interrelação entre uma Europa ainda internacionalmente hegemônica, mas superpovoada e em crise, com o crescimento das megalópoles no terceiro mundo desfecha novas alternativas civilizatórias, das quais o cinema é um porta-voz privilegiado." (2)

Do ponto de vista da produção considero relevante destacar a fundação à 29 de junho de 1911 com sede em SP, da Companhia Cinematográfica Brasileira, gerida por Franscico Serrador associado a banqueiros ligados ao capital estrangeiro. Na verdade, este grupo atuou sob a forma de um truste cinematográfico, com-

prando salas de exibição em todo o país e organizando o mercado em função do produto estrangeiro. Incentivava apenas marginalmente a produção nacional, cuja qualidade e conteúdo deveriam atender ao mercado externo, funcionando como uma espécie de propaganda através das imagens de pontos pitorescos e paisagens.

Com a atuação desta empresa na exibição e distribuição de filmes o cinema norte-americano foi pouco a pouco assumindo a hegemonia dentro do entretenimento urbano. " O público, acostumado aos filmes brasileiros, decepciona-se, embora logo se apresentem os ricos substitutos garantidos pelos profissionais da opinião pública(...)A burguesia carioca, compreendendo-se como classe transformadora dentro dos novos padrões dos cultuados países centrais, se aproxima atenta e divertida dos enredos e personagens do cinema norte-americano, que passam a ter papel civilizatório e ideológico considerável." (3)

As grandes empresas nacionais passam a se acomodar em atividades de distribuição e até mesmo exibição, restringindo a produção, que somente ressurge na década de 20 através de documentários e cinema-testemunha, ambos de cunho jornalístico. As tentativas de cinema industrial - de estúdio - existiram. Do mesmo modo procurou-se caminhos para uma produção com temas nacionais com a adaptação de argumentos literários de Taunay, Bilac e Alencar, dentre outros.

Na década de 30 ocorreu o início da intervenção do estado na atividade cinematográfica, dentro dos conceitos trazidos pela Revolução de 30. Este movimento representou a transferência progressiva do poder das oligarquias rurais para os setores urbanos onde se desenvolvia a burguesia industrial. Como de resto, a concentração do poder nas mãos do governo federal possibilitou as intervenções verificadas. A partir deste ano cresceu a idéia de adoção de leis protecionistas, porém apenas em 1938 foi tomada uma medida efetiva através de um decreto lei que estabeleceu a quota de projeção de um longa metragem nacional por ano. Esta medida se revelou de um protecionismo equivocado uma vez que o país já dispunha de algumas companhias capazes de produzir vários filmes por ano. Por isso, restringia a produção brasileira,

favorecendo a estrangeira: Cumpridas as exigências legais mínimas, as empresas apresentavam filmes estrangeiros - bem mais rentáveis.

Mas as reformas promovidas por Getúlio Vargas na tentativa de solucionar os problemas - políticos, sociais e econômicos - que iam se apresentando, também defendiam a formação de uma indústria nacional mais sólida. Estas medidas incentivaram as tentativas mais sérias de industrialização da atividade cinematográfica no país, evidenciado pelo aparecimento de grandes empresas - Cinédia (1930), Brasil Vita Filme (1934), Sonofilmes (1937) - implantadas de acordo com um modelo Hollywoodiano.

Este fato pode até ser considerado como natural por ser equivalente à diversos outros setores da economia, dentro do esquema de importações. O que choca mais é o fato de, neste setor específico, a dependência cultural ficar muito mais evidente do que nos demais. Pois no cinema a importação da tecnologia vinha se fazendo associada à importação cultural através dos temas e abordagens dos filmes, que foram o principal veículo de contato com a realidade estrangeira, e por isso, o principal mecanismo de colonização.

Neste período havia um clima de euforia por parte dos produtores - vê-se a criação dos estúdios nacionais - e consequentemente dos defensores do cinema com uma temática nacional. Esperava-se que as transformações decorrentes do desenvolvimento do cinema sonoro favorecessem o cinema nacional já que o público - supostamente - preferiria um filme falado em português a um falado em um idioma incompreensível - independente da qualidade do material apresentado. De fato, a impressão do fim da presença estrangeira foi favorecida pelo crack da Bolsa de Valores de New York que levou os produtores norte-americanos a se dedicarem mais ao mercado interno, postergando as adaptações do cinema falado. Mas com o cinema sonoro a produção diminuiu, não aumentou. As distribuidoras locais reprisavam antigos filmes mudos e a má qualidade dos sonoros afastava o público. A adaptação das salas de espetáculo e equipamentos aumentou a dependência tecnológica e elevou os custos, causando o fechamento de muitos cinemas ligados a pequenos exibidores. Em pouco tempo o público

já se mostrava adaptado à nova realidade.

Era o período da substituição de importações e dos discursos nacionalistas. Assim, na tentativa de nacionalizar o cinema foram utilizados astros do rádio - modelo de nacionalidade - em filmes repletos de números musicais, com a participação de Dircinha Barbosa, Mesquitinha, Ari Barroso, Barbosa Júnior, Bando da Lua, Aurora e Carmem Miranda, só para citar os mais conhecidos. Mas o Brasil tinha muito da cara do Rio de Janeiro - ou seria o contrário? - e ambos se associavam a imagem do carnaval. O cinema brasileiro das décadas de 30 e 40 era o cinema carioca, principal responsável pela produção de ficção - Chanchada - através das duas principais companhias, a Cinédia e a Atlântida (fundada em 41) enquanto em São Paulo prevalecia o modelo de cinejornais.

No ano de 1946, período do governo de Dutra e da nova Constituição, ampliou-se a oportunidade para o cinema nacional através da ampliação da reserva de mercado para 3 filmes/ano. A temática acompanhava a tendência tradicional de sátiras e carnavalescos mas já se pode perceber tendências do que seriam, nos anos seguintes, as comédias musicais carnavalescas, em paródias à cultura estrangeira - e ao cinema dominante - e em críticas irônicas e divertidas à politica e sociedade brasileira.

A fórmula de sucesso foi se patenteando a ponto de atravessar com enorme êxito quase toda a década de 50. Os resultados de bilheteria sempre eram compensatórios - os temas garantiam o sucesso. A partir de 47 houve uma nova experiência de produção que se fundamentava no controle de todas as fases do processo de produção pelo próprio exibidor, no caso, o principal acionista da Atlântida - Luís Severiano Ribeiro Junior - que representava a maior empresa exibidora da época. Ao produzir para os seus próprios cinemas, com o respaldo da reserva de mercado, os lucros estavam garantidos: "O tripé produção-distribuição-exibição estava pronto para gerar os lucros necessários à manutenção de uma atividade cinematográfica que se caracterizava por um dinamismo até então inédito no Rio de Janeiro." (4)

Ao contrário do que se poderia supor, o sucesso deste

modelo não se originou de nenhuma política específica para o desenvolvimento do cinema, e muito menos foi resultado da luta de autores e entusiastas "nacionalistas". Assegurada a fórmula de sucesso junto ao público, a difusão da Atlântida por todo o país garantia a perpetuação do sistema. Para aproveitar-se da melhor forma possível da nova lei, era produzido o estritamente necessário para o cumprimento do decreto, mantendo baixíssimos os custos de produção e obtendo, proporcionalmente, o maior percentual de lucro. Os estúdios eram mantidos a níveis precários, no mínimo necessário para a finalização dos filmes. A produção era artesanal, com equipamentos de segunda mão - a revelação era no próprio estúdio e a montagem, manual - e o figurino era muitas vezes fornecidos pelos próprios atores. Este esquema industrial sustentado por técnicas pouco sofisticadas visava o lucro máximo via redução dos custos, numa série de filmes produzidos para o mercado, o que por si só pode ser considerado como um fato inédito.

O cinema longa-metragem ficção foi o sonho e a vontade dos cineastas brasileiros mas deve ser considerado como exceção dentro da realidade nacional. Os documentários de curta metragem e os jornais cinematográficos formam a base do cinema, da produção e da comercialização de filmes brasileiros. Segundo BERNARDET, esta tendência, preponderantemente paulista, fica explícita se considerarmos que nas décadas de 30 e 40 apareceram 51 jornais cinematográficos nacionais. No Estado Novo, o DIP e os DEIPs dominaram o setor. A propaganda foi a base de sustentação do cinema natural, com importante peso na propaganda estatal.

"Em 1949 e 1950, cinco companhias cinematográficas são criadas e, nos próximos três anos, a quantidade de produtoras ultrapassa a casa das duas dezenas. Para compreender o surgimento dessa indústria cinematográfica em São Paulo, é necessário examinar a relação existente entre a burguesia paulista, o mecenato cultural e a cultura cinematográfica que se desenvolvia na capital." (5)

A indústria cinematográfica surgiu em um momento de intensa atividade cultural em São Paulo. Com a criação de dois museus de

arte, uma companhia teatral, além da multiplicação de concertos exposições, seminários, museus, teatros e a própria Bienal Internacional de Artes Plásticas. A criação deste equipamento de difusão de cultura partiu da iniciativa da burguesia paulista. A produção cultural fundamentada em instituições pretendia passar a toda sociedade uma determinada visão de mundo. Cabe considerar como o cinema se inseriu neste contexto.

O período de redemocratização do pós-guerra trouxe a esperança de vitória do capital privado, nos moldes liberais. A classe média diante da oportunidade de ascensão econômica passou a patrocinar e consumir uma "nova" cultura. São Paulo, palco de inúmeras transformações, era a cidade que mais crescia no mundo. Mas ao contrário do que vinha ocorrendo até 1930, quando a burguesia cafeeira dava o tom, agora quase todas as iniciativas econômicas progressistas partiam do Estado, ou seja: a burguesia era beneficiaria e não um fator propulsor.

Com a Constituição Democrática de 46 o empresariado industrial pretendeu romper os laços de dependência com o Estado, definindo as áreas reservadas para a atuação de cada grupo. À burguesia caberia o papel de condutora do processo histórico enquanto que o Estado deveria ter uma atuação complementar de acordo com o chamamento da iniciativa privada. Num momento em que a industrialização exigia grande acúmulo de capital e grande complexidade tecnológica, o que observamos é a enorme participação do Estado na economia. A animação da burguesia - quanto a redemocratização, o liberalismo, o crescimento urbano e a prosperidade econômica - expressa no movimento cultural, é considerada como a manifestação de poderio de um grupo com ilusão de poder ou, "na impossibilidade de impor qualquer outra coisa, a arte e a cultura são formas possíveis de tentar impor à sociedade uma visão de mundo". (6)

O surgimento dos grandes estúdios (Vera Cruz, Maristela, Multifilmes) se deu num momento de crença e euforia na possibilidade de desenvolvimento da indústria brasileira - inclusive em setores como o cinema. O componente nacionalista e desenvolvimentista serviu como propulsor da produção e da temática cinematográfica.

A empresa Vera Cruz simbolizou a produção brasileira com padrão internacional que obtinha filmes de alto nível graças aos diretores e técnicos europeus - além da importação de equipamentos - e com isso pretendia concorrer no mercado externo, bem ao estilo de Hollywood.

Do ponto de vista do tema e conteúdo cinematográfico, na segunda metade dos anos 50, foi mantido o esquema da comédia carioca com a ampliação dos personagens - novas duplas cômicas - e entrada de novos astros e diretores. A democracia populista e o avanço do setor industrial provocoram o crescimento demográfico nas principais cidades do país, além da existência de maior liberdade e a abertura de um espaço cultural e político para as classes inferiores.

O cinema brasileiro marcou o espaço de inserção do homem simples nas narrativas e na constituição do mercado consumidor. Jogando habilmente com o processo de identificação entre o mundo da tela e o universo do espectador, a comédia carioca, em sua recriação do real, consagrou tipos populares urbanos, como o herói espertalhão e desocupado, os mulherengos e preguiçosos, as empregadas domésticas e as donas de pensão, os nordestinos migrantes, dentre outros personagens cotidianos. A identificação público-personagem provocou respostas bastantes positivas, além de ter possibilitado, em certa medida, a visão crítica e irônica da realidade da época.

No entanto, dependente da indústria cinematográfica norte americana, inclusive na rígida - e maniqueísta - caracterização dos personagens (a mocinha, o galã, o vilão), o cinema nacional se manteve em padrões da década de 30. Por exemplo, a erotização dos heróis americanos - típica da década de 40 - não chegou aos brasileiros. O envelhecimento do gênero ocorreu inevitavelmente no final da década, tendo sido acarretado pela repetição dos esquemas tradicionais, com a linguagem habitual.

Com a realização dos dois congressos do cinema brasileiro - 1952 e 1953 - surgiu finalmente a consciência dos problemas do cinema nacional e a conclusão de que não seria suficiente a implantação de um cinema industrial, mesmo que bem embasado e moderno, para que se consolidasse um cinema nacional culturalmente

forte e economicamente viável. A reflexão sobre o significado cultural do cinema brasileiro levou à conclusão de que seria necessário a alteração dos limites impostos no mercado pela dominação do cinema estrangeiro. Neste sentido já é possível identificar no início da década filmes que anteciparam as tendências futuras, tais como a crônica urbana 'Agulha no Palheiro' - Alex Viany, 1953 - 'Rio, 40 Graus' (1955) e 'Rio Zona Norte' (1957) - Nélson Pereira dos Santos - filmes com temática mais voltada à denúncia social; O Grande Momento - Roberto Santos.

O Brasil mudava. Em torno de 1960 a televisão se difundia em todas as direções transformando-se rapidamente no meio de comunicação mais eficaz e poderoso. As filas frente aos cinemas começavam a diminuir.

O Cinema Novo - resultante palpável dos fatos ocorridos nos anos anteriores - surgiu em oposição ao esquema de produção industrial desenvolvido em São Paulo desde o início da década de 50. Mas para o compreendermos de fato é preciso considerar o quadro ideológico que se desenvolvia. Nos Congressos de Cinema (52-53) já estavam presentes parte da temática que seria defendida posteriormente: "é toda uma ideologia que, se não se opõe à opção industrial, aponta constantemente em direção a um discurso com fortes tonalidades de esquerda... preocupações que, adquirindo fortes tonalidades marxistas, se aproximam de concepções caras à geração que surgiria em 1959-1960." (7)

Pretendia-se contornar as dificuldades econômicas do cinema, superando a situação de dependência através de uma maior produção para o mercado interno. O aproveitamento dos temas nacionais seria a forma de satisfazer os desejos do público e manter, pela produção nacional, os recursos que normalmente eram drenados. Mas não há, pelo menos até 1960, referência a produção alternativa longe do circuito industrial. Para defender o cinema nacional "das garras do imperialismo", tinha que se colocar ao lado dos grandes estúdios.

3.2. Características do Período Estudado

3.2.1. Reflexão: Tônica da Década de 50

"Relações frágeis, política titubeante, pouco interesse e empenho caracterizaram historicamente as aproximações entre cinema brasileiro e Estado. Nesta marcha de indefinições, a segunda metade da década de 50 aparece como um momento de mudança, um ponto de inflexão. Surgem ações que irão determinar as atividades cinematográficas. (...) Será dentro de uma conjuntura estigmatizada pelos traços nacionalistas característicos do governo Vargas que surgirão os Congressos de Cinema (52-53), bem como é sob influência forte do desenvolvimentismo do governo Kubitschek que se criarão as Comissões de Cinema, num primeiro momento municipais e estaduais, posteriormente extrapoladas, em 1956, para o âmbito federal".(8)

O período após 1950 foi muito rico em propostas e idéias também no meio cinematográfico. Basicamente, reivindicava-se a convergência entre os rumos econômicos-sociais e as aspirações do setor. Isto sem dúvida serviu para influenciar as relações entre o Estado e o cinema. Nos Congressos realizados podemos localizar as raízes do desenvolvimento posterior. Da preocupação em conhecer os problemas que emperravam o cinema brasileiro procurou-se soluções para a sua instauração com bases industriais que possibilitassem a conquista do mercado interno. Das discussões, duas necessidades parecem claras.

- Orientação temática nacionalista: A exploração do conteúdo e temas nacionais era defendido principalmente por Nélson Pereira dos Santos.

- Legislação específica sobre a situação econômica do cinema que garantisse: a) Lei de Contingente que disciplinasse a importação de filmes. b) Facilidade na instalação de fábricas de filmes virgens. c) Criação de um banco de crédito e carteira de financiamento para filmes brasileiros. d) Criação do Instituto Nacional do Cinema que administraria os organismos citados.

Estas propostas incipientes muitas vezes beiravam o utópico. Elas refletiam a necessidade de repensar a frustrada industrialização do setor cinematográfico, investigando as causas da

crise das grandes companhias. Naquele momento, foram importantes por motivar a ampla discussão das questões que afligiam o cinema nacional, além de serem o nascedouro das propostas mais amplas. Por exemplo, a forma de abordagem dos "temas nacionais", levantada pelos Congressos, foi um esboço da concepção de cultura brasileira defendida anos depois.

Esta movimentação representou a tônica da política nacionalista de Vargas. A articulação do cinema com as preocupações de um desenvolvimento capitalista autônomo, e os apelos à proteção estatal, traçava paralelos com a questão do petróleo - apesar da falta de expressão econômica do cinema nacional.

O período 55-60 herdou estas características, mas definiu de forma mais concreta as estratégias para o Cinema brasileiro. A Vera Cruz feixara em 1954. Certamente o modelo das grandes companhias deveria ser revisto. A movimentação nacionalista dos Congressos fez surgir em São Paulo um núcleo de análise da situação do cinema que caminhava para a associação crescente com o Estado. Os paulistas entendiam que diante da crescente complexixidade da economia brasileira - e do próprio Estado - era preciso enfrentar as questões do cinema de modo mais fundamentado. Isto justifica a mudança significativa no comportamento da "elite pensante". Privilegiava-se os estudos econômicos objetivos e ações planificadas que deixassem claras as intensões, ao invés das tradicionais frases feitas que atacavam genérica e vagamente o Imperialismo.

Isto reflete claramente o clima vivido durante o período, ou seja, reflete um momento de crescente planificação das atividades econômicas - à partir do impulso estatal - onde os avanços eram obtidos com auxílio do capital externo. Estes pontos explicam a tentativa de aproximação ao Estado, bem como o surgimento de discursos com direcionamento nacionalista desenvolvimentista. O que precisa ficar claro é que as antigas idéias nacionalistas foram transpostas para o contexto do desenvolvimento associado ao capital internacional.

Surgida da movimentação por mudanças, a Comissão Municipal de Cinema (São Paulo, 1955) foi um avanço em direção à nova forma de entender as questões nacionais. Nela foi elaborado um es-

tudo que procurou delinerar a estrutura da indústria cinematográfica brasileira, ressaltando as potencialidades do mercado interno. Aliás, as perspectivas poderiam ser consideradas animadoras pois só em 1953 foram vendidos 250 milhões de ingressos para uma população de 52 milhões de pessoas e um universo de 34 filmes brasileiros. - estas boas perspectivas não se confirmaram, pois com o aparecimento da televisão os números estagnaram no patamar de 200 milhões de expectadores por ano.

"Ressalvando o otimismo excessivo deste documento fundamental da Comissão, aliás otimismo que estava em perfeita sintonia com o clima de desenvolvimentismo do período, o objetivo principal do relatório era mostrar as possibilidades do cinema brasileiro, e exigir medidas como o reajuste dos preços dos ingressos, a limitação da importação - uma meta constantemente perseguida - e, principalmente, auxílio financeiro do governo em termos de um sistema de premiação municipal e de abertura de linhas especiais de crédito em bancos oficiais. O ponto de chegada era claro e inequívoco: Cinema é problema de governo..." (9)

3.2.2. Nacionalismo, Indústria e Estado: duas propostas

Do ponto de vista ideológico ocorreu a interação de forças contrapostas. Visões e tendências dominantes do cinema-indústria confundiam-se com visões do produto-filme enquanto mercadoria e enquanto produtor de sentido, dentro do plano cultural e ideológico. Das discussões nas Comissões (Paulista e Federal, em 1955 e 56 respectivamente) surgiu a modificação da lei de remessa de renda dos filmes estrangeiros que eram, até 1958, subvencionados pela adoção do defasado câmbio oficial. Dentre as propostas aprovadas, constou também o financiamento através do Banco do Estado de São Paulo

As medidas reivindicadas estavam intimamente associadas à visões, bem ou mal, inspiradas na ideologia desenvolvimentista. Seus idealizadores afirmavam que o cinema deveria ser produto da iniciativa privada, cabendo ao Estado a tarefa de criar as condições protetoras para o seu crescimento, analogamente a qualquer outro ramo da produção industrial. No fundo pretendiam que

o auxílio ao cinema nacional fosse uma operação bancária comum, já que a característica norteadora do período era o de manter e reforçar os desejos de industrialização autônoma do cinema brasileiro.

É importante considerar que as ambiguidades ideológicas do período JK, mais as propostas dos anos precedentes, geraram uma condição diferente da visão varguista de emancipação nacional. Mantidas as idéias nacionalistas do período anterior, o desejo de industrialização autônoma do cinema brasileiro seria possível através da crescente associação com o grande capital. Este parágrafo contraditório - como desenvolver um cinema NACIONAL através de uma associação dependente? - expressa a confusão, ou revela posturas ideológicas mal esclarecidas, fato que caracterizou a discussão do período. Na medida em que as correntes convergiam para o ideário desenvolvimentista, as "contradições" apareciam, dada a dissociação entre os conceitos de desenvolvimento/industrialização e autonomia. Assim, cabe definir as

"...nuances diferenciadoras que se sedimentaram sob a mesma capa aparente da desejada industrialização. Temos desde o período 55-60 duas correntes se chocando: uma mais 'nacionalista' se articulando de forma tática com o desenvolvimentismo, e outra mais pragmaticamente 'industrialista', colada ao ideário do governo JK, oscilando entre a ferrenha busca de um cinema nacional (nos moldes de um cinema universal) e o cuidado em não hostilizar os nossos fornecedores."(10)

As duas visões se confundiam basicamente pela indefinição do termo "nacional":

a) Enquanto bem a ser colocado em mercado, a nacionalidade de um filme é de fácil identificação. Mas a procedência de um filme não é condição suficiente para garantir que a sua produção tenha ocorrido de acordo com as condições nacionais. Esta questão é historicamente um ponto básico da discordância entre nacionalistas e os defensores do cinema universal. Porém durante o período, este ponto foi "deixado de lado" uma vez que as duas correntes, por razões diversas, se uniram ao ideário desenvolvimentista. Aos universalistas interessava a abertura ao capital estrangeiro. Aos nacionalistas, a obtenção da soberania,

mesmo que nos moldes da grande empresa, única forma encontrada para apresentar o cinema com uma proposta viável econômica e culturalmente.

Esta questão deve ser entendida como reflexo das transformações mais gerais da economia e da sociedade, num momento de reestruturação de conceitos - inclusive o de subdesenvolvimento.

b) Mas a ambiguidade deve ser definida também a nível do conteúdo uma vez que neste período surgiu uma discussão mais consciente sobre o significado do "nacionalismo cultural". Apesar do interesse na afirmação do Cinema nacional com linguagem, temas e formato próprios, o conceito sobre o que seria exatamente nacional também passava por redefinições. Por isso não é possível identificar um modelo dominante, mas tentativas de novas abordagens paralelamente ao declínio da antiga fórmula, a Chanchada.

É preciso ir além das transformações ocorridas na esfera da produção material, e analisar as influências que as discussões a nível nacional exerceram sobre a consciência de nacionalidade de toda a população, e quais seus efeitos sobre a produção cinematográfica e da cultura de modo geral. Pois enquanto setor industrial, esperava-se que o cinema recebesse um tratamento compatível ao atribuído a toda a indústria (com o apoio legislador e disciplinador do Estado e presença firme da iniciativa privada), fato que considero de acordo com a ideologia desenvolvimentista. Mas dada a dimensão de cinema-arte, agente e reflexo da cultura,

"aspirava-se, como no plano político mais geral, à passagem de um cinema 'inferiorizado', 'subdesenvolvido', para uma cinematografia forte, nos moldes dos 'países ricos'. Em Viany surgia, acrescida à idéia de industrialização, a ênfase na necessidade de uma afirmação nacional no plano da cultura, posição que se desdobrará e assumirá uma face mais radical nos anos subsequentes"(11). Ou seja, quando os cineastas pediam um cinema forte, desejavam que ele o fosse também a nível do conteúdo.

A chave do sucesso era a boa qualidade do filme, tanto em termos da obra - que deveria estar ligada aos temas nacionais - quanto da produção - que dependeria da formação de uma indústria

sólida. Os cineastas tinham consciência que vender um filme também significa vender idéias, um estilo de vida. Queriam vender, para brasileiros e estrangeiros, o novo modo de vida brasileiro e por isso necessitavam de uma indústria competitiva, capaz de realizar suas propostas. O Estado era chamado a arbitrar e incentivar as transformações no setor.

As duas correntes se cruzam sob a figura da grande empresa, mas a medida em que a tendência industrialista-universalista se destacava dentro do desenvolvimentismo, no sentido de favorecer os interesses estrangeiros, ia se aprofundando a divergência - no meio cinematográfico - entre a proposta de industrialização associada ao capital externo e a postura nacionalista, contrária aos trustes e monopólios. Os nacionalistas foram percebendo que a proposta desenvolvimentista implicava na defesa dos interesses do capital externo. Além disso, perceberam que a participação do Estado não correspondia às espectativas.

Assim foi se solidificando a proposta de um cinema nacional e independente, centrado em temas genuinamente nacionais e afastado das propostas industrializantes. Das discussões e obras produzidas as ideologias vão se definindo melhor até que no final da década são firmes e diferenciadas. Desta progressiva desidentificação, a postura nacionalista, sob a forma do Cinema Novo, escapou da visão meramente desenvolvimentista.

3.2.3. GEIC e a Indústria Cinematográfica

Da Comissão Federal de Cinema (1956) surgiu em 1958 o Grupo de Estudo da Indústria Cinematográfica: GEIC. Subordinado ao Ministério da Educação, tinha funções semelhantes a tantos outros orgãos e grupos de trabalhos que se multiplicavam na administração paralela. Mas ao contrário destes grupos, o GEIC não estava ligado aos setores considerados fundamentais para a acumulação de capital - como a indústria de base - e mereceu destaque secundário por parte do governo. Prosseguiram os estudos e avaliações iniciadas em São Paulo mas poucas medidas foram concretizadas. O Estado pouco fez e investiu em favor do cinema brasileiro; seu apoio simbólico procurou encampar o

cinema na perspectiva desenvolvimentista.

O GEIC apenas conseguiu encaminhar algumas da muitas reivindicações, ainda assim em medidas que benificiariam indiretamente a produção cinematográfica. Destas medidas é possível citar: a) o caso da modificação da lei da proporcionalidade que fixou a quota de exibição de filmes brasileiros em 42 dias/ano, em substituição a antiga relação de um filme nacional para cada oito estrangeiros; b) a exigência de cobertura cambial para a importação de filmes impressos diminuiu os benefícios concedidos ao cinema estrangeiro. Mas não é possivel auferir diretamente se estes pontos reverteram em aumento da competitividade do produto nacional, comparativamente ao importado.

Esta distinção deve ser feita pois a obrigatoriedade da projeção não garante a produção, que pode ser substituída pela exibição de filmes antigos - reprises - ou pela extensão da temporada de um único filme. Além disso, a competitividade forçada por incentivos e subsídios é artificial, temporária, se não for capaz de desenvolver as bases do cinema. Suspensos os benefícios, a produção e a qualidade dos filmes simplismente retornam aos níveis tradicionais. Vejamos:

PRODUÇÃO CINEMATOGRÁFIA NACIONAL

ANO	NÚMERO DE FILMES
1941	04
1942	01
1943	06
1953	34
1954	21
1955	18
1956	25
1957	41
1958	42
1959	57
1960	29
1961	36
1962	28
1963	18
1964	45

Os números correspondentes a 1953 e 54 expressam a produção das grandes companhias cinematográficas. A importante participação da Vera Cruz no total da produção fica claro na queda verificada em 54, ano em que a empresa fechou, e em 1955, numa extensão dos efeitos do fim de sua atividade.

A recuperação e expansão de 1956 à 59 - somente igualada em 1964 - também é evidente. Observando o quadro é possível afirmar com segurança que durante o período JK houve um acréscimo na produção cinematográfica nacional, que deve ser atribuído ao esquema de amparo à produção e ao otimismo e crença nas medidas adotadas e no futuro do Brasil.

Como veremos, o afluxo de recursos compatibilizou-se com o afluxo de novas idéias, permitindo que a produção se diversificasse, deixando de ser privilégio de alguns estúdios.

A queda em 1960 por ser explicada pela conclusão de um momento de reorganização ideológica e pelo menor volume de recursos disponíveis. Já estava definida a base para um novo Cinema independente, e a crescente instabilidade ia abalando as estruturas financiamento.

Procurando justificar melhor os números encontrados no período JK, é preciso lembrar que São Paulo ocorreu a aproximação Estado-Cinema através de financiamentos do Banco do Estado e de premiações. Entre 1956 e 57 foram financiados 13 filmes por esta instituição. Este padrão justificou e possibilitou a diferenciada produção do cinema paulista, na sua busca por caminhos autênticos. Foi este mesmo mecanismo que financiou, anos depois, o cinema independente.

O Banco do Estado, credor da Vera Cruz, após a sua falência passou a interferir na companhia e a financiar a Brasil Filmes. "Mas esta ingerência estatal limita-se a interesses econômicos - inexiste uma orientação cultural" (12). Mas provavelmente este direcionamento não fosse necessário dado o momento democrático e a - relativa - convergência de interesses. Praticamente toda a população e os formadores de opinião acreditavam nos caminhos que estavam sendo trilhados em consonância com o Estado; nada mais natural que os filmes acompanhassem e expressassem esta tendência.

A premiação com percentuagens - 15 a 25% - da renda bruta foi outro mecanismo de incentivo da produção paulista. Até 1958, 39 filmes considerados de qualidade receberam este prêmio que significava um aumento artificial do mercado e que em alguns casos duplicava a renda líquida de um filme. Outro aspecto interessante é que o estabelecimento dos critérios de qualidade provavelmente excercesse influência na escolha e abordagem dos temas, uma vez que o incentivo material era considerável.

Não acredito na inexistência de censura, ou de direcionamento neste período. Acredito sim, no seu uso restrito aos poucos casos que iam contra a tendência dominante.

De uma forma ou de outra, estas medidas de amparo contribuiram para a diversidade da produção por parte do grupo paulista que, sem um projeto cultural consistente que se impusesse ao cinema universal, pode ver suas novas idéias concretizadas em filmes.

Voltando ao tema GEIC e industrialização:

"No campo cinematográfico havia apenas um ponto consensual: a necessidade de emergência de uma indústria cinematográfica, que vai ser o fio condutor desde os anos 50, e então tentar enfraquecer o frágil tecido das relações entre cinema brasileiro e Estado"(13).

O GEIC simboliza a participação do Estado intermediador, o respaldo da Lei que traz benefícios e garante a produção em escalas econômicamente viáveis; enfim, a forma de fazer valer os interesses nacionais, mesmo que não os tenha representado completamente. Afinal, no plano econômico o cinema é uma indústria com pequeno peso a nível nacional. Não havia motivo para dirigir-lhe maior atenção. Mesmo as medidas evitavam o confronto direto com os interesses estrangeiros e nem mesmo obrigava o capital externo a produzir aqui.

3.3. O Nacional e o Cinema

Nas primeiras décadas do Cinema no Brasil não havia grande incompatibilidade entre cinema nacional e a realização de filmes com métodos ou pessoal estrangeiro. Portanto, ao nível da representação havia um certo universalismo.

A diferenciação era buscada através da abordagem de temas nacionais, pelo uso de imagens - acontecimentos, pontos pitorescos - genuinamente brasileiras. O nacionalismo, ou a relevância do conceito "nacional", se dava ao nível do representado.

"Acender fósforos no sapato não é brasileiro.(...)É preciso compreender os norte-americanos e não macaqueá-los. Aproveitar deles o que têm de bom sob o ponto de vista técnico e não sob o ponto de vista dos costumes" (14).

Na representação do nacional encontramos duas tendências básicas: a representação do Brasil rural e a do Brasil urbano. Mas a exaltação da natureza e dos costumes do interior - Brasil rural - foi progressivamente dominada pela tendência da representação urbana. A sociedade e a economia brasileira passavam por transformações que conduziam à urbanização; mais afeito à nova realidade, o cinema ia se identificando com o Brasil moderno.

Sem autonomia para competir com a produção estrangeira, dada a dependência por equipamentos e filmes virgens, alguns produtores motivados pelo nacionalismo getulista tentaram enfrentar o cinema americano usando os filmes como forma de propagandear o Brasil. Mostrando aspectos do país, esperavam obter os mesmos efeitos civilizatórios que julgavam existir nos filmes importados e assim se sobrepor a eles. Apesar deste - questionável - esboço de nacionalização, nos primeiros cinquenta anos do cinema brasileiro não existiu uma linha realmente popular.

Durante o processo de substituição de importações, o nacionalismo se estendeu ao nível da representação. Mais exatamente, assumiu a conhecida forma de aversão ao Imperialismo estrangeiro - particularmente o norte-americano. Não que isso tenha abalado o consumo de filmes, mas a divisão entre estrangeiro e nacional representou as dificuldades encontradas para a afirmação do ci-

nema local enquanto indústria. Concorrer com o produto estrangeiro era muito difícil; se consideramos que não havia de fato uma indústria nacional, entendemos as reais dimensões desta dificuldade. Mais que tática nacionalista, a oposição ao capital estrangeiro era necessária para que o capital nacional conseguisse o apoio estatal e pudesse se afirmar.

De fato as duas escalas de nacionalismo estão muito associadas. A dominação norte-americana não ocorreu necessariamente por incapacidade dos cineastas brasileiros - como tantos defendem - ou falta de vocação. O predomínio resultou da diferença de desenvolvimento entre os dois países, o que tornou o produto americano mais competitivo. Isto significa que a dominação cultural - grande consumo de cultura importada - foi viabilizada pelo domínio econômico.

O mecanismo de dominação é simples e ocorre até hoje: Se sustenta pelo mercado interno americano e pelo grau de desenvolvimento técnico. Com custos relativamente mais baixos e um amplo mercado interno, os produtores americanos cobrem com larga margem os custos da produção nos próprios EUA. O filme chega ao Brasil já pago, custando apenas as despesas de cópia, frete, taxas de alfândega e adaptação do produto, tais como legendas e propagandas, que não representam muito. Nestas condições a concorrência fica muito difícil. Os filmes brasileiros tem que pagar toda a sua produção além dos custos de comercialização. Calcula-se que o custo do filme estrangeiro para distribuição no mercado interno é cerca de 10 a 15% do custo médio de um filme brasileiro.

Ao lado deste sistema, existem vários outros mecanismos que preibuidor nacional, como por exemplo a venda dos filmes em lotes - onde são vendidos os filmes que não foram pagos nos EUA. Além disso, o filme estrangeiro é um produto definido e testado. A publicidade já foi formulada, já se sabe a que público e quais as salas indicadas. O exibidor não corre o risco da produção que ele comercializa. Este tipo de dominação é comum nos setores da cultura industrializada. Discos com matrizes importadas, filmes enlatados, o best-seller traduzido...

Já que era muito difícil levar um filme nacional às telas -

e o público aos cinemas - o apelo "extra-mercado" foi um recurso muito utilizado para conquistar o público e para pleitear benefícios estatais. Apelava-se ao amor a pátria; o prazer em assistir um filme brasileiro viria do fato dele ser brasileiro.

Em termos de público, parece que o apelo não foi suficiente para aumentar a produção nacional. Mas o Estado Novo soube se aproveitar da penetração dos cinejornais para, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criar um aparato cultural destinado a produzir e difundir seus ideais, e a imagem que ele queria de si mesmo. Certamente a manipulação das informações no sentido de reforçar a imagem de um Estado soberano, nacionalista, contribuiram para reforçar as idéias nacionalistas também no cinema. A autenticidade das imagens garantiu o êxito da propaganda ideológica e repercutiu na sociedade.

As grandes companhias cinematográficas surgiram amparadas em medidas estatais, tomadas em defesa dos interesses nacionais. Se aproveitando dos benefícios, estabeleceram um modelo de produção extremamente simples, barato, vendável e lucrativo: a Chanchada. Comédia, musical, sátira, paródia, pão e circo... os estudiosos ainda procuram o consenso. Independente de ser popularesca, pobre e estar ligada - ou não - ao capital externo, cabe aqui considerar que elas pouco fizeram pelo nacional, conforme se supunha.

A estrutura sigela e leve - consumível - reproduzia o tradicional modelo importado - o galã e seu amigo cômico, a mocinha, o bandido e o final feliz - aproveitando o sucesso dos artistas do rádio. O contexto temático podia ser nacional, as empresas até podiam ser genuinamente brasileiras; não importa. Pois a sátira e a paródia repetiam a fórmula da importação, do mal-acabado similar nacional. Não havia uma abordagem consciente quanto aos aspectos nacionais, nem mesmo na inovação de formas de produzir, já que se adotou o modelo de Hollywood.

Apesar desta e de tantas outras considerações, as chanchadas eram populares e, para a conceituação da época, nacionais. Isto porque era um estilo de filme que tinha a prefe-

rência do público, obtendo sucesso comercial. Por ser consumido pelo povo era considerado popular. Por ser nacionalmente aceito, era nacional. Assim, o comercial, o popular e o nacional se confundiam dentro de um padrão importado.

O que diferencia e caracteriza a década de 50 e, em particular, o período Jk, é o questionamento e redefinição dos conceitos. Neste sentido devemos destacar a contribuição ISEB e o momento de fé e liberdade. Os cineastas continuavam defendendo um cinema com caráter nacional e popular, agora com novos referenciais.

O diagnóstico era claro. Não bastava defender a industrialização do cinema, se ele continuasse a representar a mesma natureza de interesses, os interesses burgueses. A oposição estrangeiro/nacional não explicava de fato os problemas que vinham ocorrendo. O inimigo burguês estava lá fora e aqui dentro.

Segundo este novo raciocínio, o cinema burguês produzia, em qualquer lugar do mundo, o chamado filme cosmopolita, sem identidade ou particularidades de um povo. Vendia um padrão geral de vida, a ideologia do seu interesse.

A situação econômica passou a explicar a situação cultural. A nacionalidade, da forma como vinha sendo tratada, deixou de ser a chave da questão. Nem todo filme estrangeiro deveria ser regeitado por não ser nacional; do mesmo modo, nem todo filme nacional deveria ser aceito.

Na nova proposta, o cinema é um momento da luta de classes que, naquele instante, deveria ser antiburguês no tema, na linguagem e na abordagem. O filme nacional e popular deveria se opor ao filme cosmopolita, mostrando usos e costumes mas, principalmente, mostrando nosso povo. Deveria ser para o povo e sobre o povo, procurando instruir e formar uma nova consciência.

O novo conceito de cinema popular surgiu inseparável da nova idéia do nacional. O cinema centrado no homem brasileiro recebeu forte influência do nacional desenvolvimentismo e das idéias produzidas pelo ISEB. Mas nas discussões dos problemas nacionais e nas propostas de uma nova visão da cultura

brasileira, evidenciou-se o que os autores costumam chamar de "pretensão de organizar uma cultura pelo alto". No caso específico do cinema, acreditou-se no poder desalienador dos cineastas. O resultado é que alguns filmes começam a ser para o povo e sobre o povo, mas nenhum é feito pelo povo.

Na dÉcada de 50, o cinema desenvolveu uma visão mais politizada com a atuação de alguns cineastas. A intervenção estatal recebeu uma nova forma de legitimação, não apenas industrial, mas cultural e ideológica. Afinal, a figura do Estado, de Juscelino e das idéias produzidas se confundiam.

Do ponto de vista prático, os precursores do Cinema Novo buscaram o caráter nacional através da pureza cultural, inclusive aludindo os traços nacionalistas de Mario de Andrade. O cinema brasileiro buscava referências e motivação política e temática na literatura dos anos 30.

O projeto nacionalista, neste primeiro momento, deu destaque ao campo artístico-cultural no resgate da autenticidade nacional. Se associou ao modelo comercial e industrial como forma de se fazer assistir, ou então por ingenuidade - acreditando que o modelo industrial que se instalava o beneficiaria. O fato é que a principal preocupação dos cineastas era vencer a chanchada e abrir campo para o cinema nacional e popular.

Filmes como "Rio 40 Graus" (1955), "Rio Zona Norte" (1957) e "O Grande Momento" (1958), fazem uma abordagem consciente do desnível social, tendo o povo urbano como protagonista. O contexto e o tratamento dos temas são autênticos, contidianos, realistas. Tratam das misérias e dificuldades do povo, mas não assumem uma postura pessimista. Isto indica a esperança de renovação e a confiança nas propostas do governo. Ou talvez Hélio NASCIMENTO tenha razão: "Nenhum desses trabalhos, no entanto, tinham a pretensão de mudar a sociedade. Pretendiam, isso sim, mudar o cinema" (15).

Isso até pode ser verdade, mas sem dúvida as mudanças no cinema surgiram paralelamente às transformações palpáveis e conceituais da sociedade, dentro do processo que se caracteriza como desenvolvimento.

Citações

(1) RAMOS, Fernão. História do Cinema Brasileiro. São Paulo. Art Editora, 1987, p.11

(2) idem, ibidem, p.19

(3) idem, ibidem, p.47

(4) idem, ibidem, p.159

(5) idem, ibidem, p.197

(6) idem, ibidem, p.199

(7) idem, ibidem, p.303

(8) RAMOS, José Mario Ortiz. Cinema Estado e Lutas Culturais: anos 50/60/70. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p.15-16

(9) idem, ibidem, p.18

(10) idem, ibidem, p.23

(11) idem, ibidem, p.21

(12) idem, ibidem, p.36

(13) idem, ibidem, p.38

(14) ANDRADE, Mário. - Klaxon. 15 jun. 1922, s.p., apud GALVÃO, Maria Rita. O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1983, p.24

(15) NASCIMENTO, Hélio. Cinema Brasileiro. Porto Alegre, Ática, 1981, p.44

4. Considerações finais.

a) O período JK

É impressionante o quanto se pode apreender de uma época observando os períodos que a antecederam e a sucederam.

Esta idéia, compatível com a noção de História como um processo em que cada etapa encerra aspectos anteriores e gesta novas condições, se aplica particularmente bem ao período JK. Afinal, durante seu governo as transformações atingiram proporções nacionais e globais. Pudemos acompanhar:

- o esgotamento de um modelo de industrialização e o "salto" provocado pela instalação da indústria de base, que abriu o país à novas perspctivas econômicas, rumo ao desenvolvimento autônomo.

- a afirmação das características de uma sociedade urbana, burguesa, com perfil e desejos mais modernos.

- a reformulação de idéias e conceitos com a montagem de um ideário próprio que compatibilizou as espectativas e justificou o novo modo de vida que se afirmava.

- o populismo e as alianças que garantiam os interesses e a estabilidade política e social, gerando possibilidades à riqueza nova, sem contrariar radicalmente as forças já estabelecidas - e muitas delas decadentes.

- a afirmação do papel do Estado, agora em bases mais organizadas - com o uso do mecanismo de planejamento e atuação direta bem definidas - que articula a entrada de recursos e gerencia a econômia nacional.

- o novo contexto internacional de abertura ao capital externo, e a nova forma de encará-lo, que inviabilizam o radicalismo das atitudes antiimperialistas.

- florescimento

de uma nova ideologia, de um novo tipo de nacionalismo, que aliada ao momento de reflexão possibilitou a tomada de consciência dos problemas nacionais e suas eventuais soluções.

- o climax democrático que contribuiu para a estabilidade.

A motivação pelo progresso que torna a oposição menos efetiva; a esperança de um Brasil diferente - soberano e desenvolvido - alimentada pelo ciclo expansivo e pela mudança no padrão de acumulação.

por outro lado:

- foram evidenciados e agravados muitos desequilíbrios gerados pelo crescimento que não alterou as injustiças sociais básicas mas criou mecanismos que possibilitam as soluções

Transformação foi a palavra chave do período. Transformação da base produtiva e do modo de acumulação, transformação da cultura e dos seus valores sociais.

Sem apologia. Trata-se apenas de constatações factuais que apoiam nossa opção por centrar a análise neste período. Se desenvolvimento é adaptação de estruturas, esta foi uma época de desenvolvimento.

b) O cinema

Considerando o panorama levantado nos dois primeiros capítulos é possível - durante a leitura do capítulo três - traçar paralelos que revelam que o Cinema reflete as características da cultura, ou em outras palavras: Cinema é um bom espelho da realidade.

Obviamente que da análise global realizada não é possível tecer comparações muito detalhadas. Mas é possível perceber como ao longo dos anos o Cinema foi refletindo aspectos econômicos e não econômicos. Pudemos perceber, de acordo com cada momento histórico definido:

- o empresariado esperando o apoio do Estado, através de recursos e reserva de mercado.

- o cinema-indústria lutando contra o "imperialismo" para poder se afirmar.

- o cinema propaganda direcionado e utilizado pelo Estado

na afirmação das suas idéias. Quando isto não ocorreu ostensivamente como no Estado Novo, ocorreu passivamente dada a concordância de idéias durante o governo JK.

- o cinema refletindo ideologias e novas concepções do nacionalismo e do popular.

- que o cinema se beneficiou do crescimento e do otimismo alcançado entre 1955 e 60.

- que o cinema, ao refletir o momento do nacionalismo desenvolvimentista, contribuiu para a discussão dos conceitos e para o avanço. Talvez o otimismo generalizado não tenha sido muito favorável a contestação mas certamente a base do Cinema Novo foi gestada.

Por isso, no que se refere ao cinema nossa opção metodológica também se justificou. O Cinema representa bem o fator cultura (não-econômico) e o fator econômico.

c) Desenvolvimento

Contrapondo os aspectos culturais e os econômicos é possível chegar a uma série de analogias e pontos de contato.

Do ponto de vista do nacionalismo desenvolvimentista, das espectativas de desenvolvimento e dos novos conceitos elaborados, predominou o desejo de sair da condição de atraso. A busca do nacional, do popular se deu pela tentativa de superar o subdesenvolvimento através de técnicas mais modernas - industriais - não importando se dependesse da participação externa. O importante era a caminhada em direção à soberania. A sociedade como um todo buscava a redefinição da sua própria nacionalidade através da cultura e da economia.

A adoção de novas idéias e novas posturas resultou em um período de trégua. De estabilidade. A trégua politica foi possível pela articulação das diversas forças em torno do poder central. Na cultura, a "trégua" permitiu o debate construtivo e a materialização de novas abordagens.

O não-econômico e a economia se moldavam definitivamente aos padrões do "novo" Brasil. Buscavam novas formas de expressão

que se adaptassem à nova realidade. A figura do coordenador, administrador de idéias e executor, foi muito importante. O Estado e seus múltiplos braços se valiam da força do Executivo para por em prática o Plano de Metas. O ISEB direcionava as novas idéias em consonância com o clima geral.

Entender o desenvolvimento dentro daquilo que nos propomos foi perfeitamente possível e justificado.

De fato o desenvolvimento observado no período JK deve ser entendido através da interação dos aspectos; do dinamismo que ocorre entre o cultural e o econômico, seja na elaboração de propostas e na sua elaboração, seja na execução de propostas que geram novas propostas. O governo JK foi um momento de convergência de aspectos.

Pronto. Chegamos ao ponto de onde partimos:

"O desenvolvimento, demais de ser o fenômeno de aumento de produtividade do fator trabalho (...) é um processo de adaptaçãodas estruturas sociais a um horizonte em expansão de possibilidades abertas ao homem. As duas dimensões do desenvolvimento - a econômica e a cultural - não podem ser captadas senão em conjunto". (FURTADO, C. op.cit., p.18)

Obras Consultadas

AMARAL, Aracy Abreu. Arte para quê? a preocupação social na arte brasileira, 1930-1970. São Paulo, Nobel, 1984

BELLUZZO & MELLO. Reflexões sobre a crise atual. in Belluzzo & Coutinho, R. (orgs). Desenvolvimento capitalista no Brasil, 1.

BENEVIDES, M. V. M. O Governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e Instabilidade Política, Paz e Terra, 1979.

BERNARDET, Jean-Claude. Cinema Brasileiro propostas para uma história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

BERNARDET, Jean-Claude. Cinema e História do Brasil, São Paulo, USP, 1988.

BOSI, Ecléa. Cultura e Desenraizamento. in BOSI, Alfredo (org). Cultura Brasileira: temas e situações. Ática, 1987.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo Tardio ed. 6, São Paulo, Brasiliense, 1982, p.117

DRAIDE, Sônia. Rumos e Metamorfoses. Rio de Janeiro, Paz e Terra

FISCHER, Ernest. Necessidade da Arte. trad. L.Konder. 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973

FURTADO, Celso. Um Projeto para o Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro, Saga, 1978

GALVÃO, Maria Rita. Burguesia e Cinema: o caso Vera Cruz. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1981.

GALVÃO, Maria Rita. O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1983.

IANNI, Octávio. Estado e Planejamento no Brasil (1930 -1970).

LESSA, Carlos. 15 Anos de Política Econômica

LIMOEIRO, Mírian. Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK-JQ. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978

LUKACS, Georg. Introdução a uma Estética Marxista. 2 ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1970

NASCIMENTO, Hélio. Cinema Brasileiro. Porto Alegre, Ática, 1981.

PIPER, Rudolf. Filmusical Brasileiro e Chanchada. 2. ed. São Paulo, Global, 1977.

PLEKÂNOV, Guiorgui. A COncepção Materialista da História. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980

RAMOS, Fernão. História do Cinema Brasileiro. São Paulo. Art Editora, 1987.

RAMOS, José Mario Ortiz. Cinema Estado e Lutas Culturais: anos 50/60/70. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas à Castelo Branco (1930 - 1964). trad. I.T. Dantas. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, 1975. Tese de Livre Docência, Faculdade de Economia e Administração, Universidade do Rio de Janeiro, mimeo, cap. III

TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalistmo Financeiro. 2 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973